



Nº 1157 - Semanal
0,50 €

6 Junho 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

POR UMA CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

A construção da Europa pode sofrer um rude golpe se falhar a Convenção Europeia. O projecto europeu deve ser uma causa fundamental para a esquerda, o traço distintivo contra os nacionalismos e proteccionismos que despontam na União. Estas são opiniões de Carlos Lage, líder dos socialistas portugueses no Parlamento Europeu, que em entrevista ao "Acção Socialista" assumiu as suas convicções federalistas. Por isso, defende a existência de uma Constituição programática europeia que consagre no seu normativo uma segunda câmara no PE.

Sempre atento à realidade nacional, Lage considera que o actual Governo não tem perspectiva nem visão de futuro para Portugal.

► Páginas centrais



ESCÂNDALO FISCAL

O líder da bancada parlamentar do PS, António Costa, exigiu o apuramento de toda a verdade sobre a aceitação pelo Governo de acções da SAD do Benfica como garantia de pagamento de dívidas fiscais.

► Página 3

DEBATE MENSAL NA AR

PS PÕE A NU GOVERNAÇÃO DEPRIMENTE

► PÁGINA 4

PLENÁRIO DO PS/PORTO

FERRO DESAFIA DURÃO A EXPLICAR CASOS BENFICA E RTP

► PÁGINA 5

SCUT

FEDERAÇÕES DO PS CONTESTAM INTRODUÇÃO DE PORTAGENS

► PÁGINA 7

JORNADAS PARLAMENTARES DO PS/AÇORES

CARLOS CÉSAR REJEITA CRISE NAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

► PÁGINA 18

A SEMANA REVISTA

O GP/PS entregou na Mesa da Assembleia da República um conjunto de diplomas de que se destacam a resolução sobre o controlo das antenas dos telemóveis, o direito de iniciativa popular, a regulação do acesso do parlamento a documentos classificados e ainda projectos de lei relativos aos direitos de autor dos jornalistas, ao regime jurídico dos jovens adultos e à comercialização do tráfico de órgãos humanos.

A cidade belga de Bruges foi palco de um encontro de reflexão sobre a Convenção Europeia, organizado pela Delegação Socialista portuguesa no Parlamento Europeu, que contou com a participação de Ferro Rodrigues, António Vitorino e Mário Soares, entre outros.

Teve lugar um plenário de militantes do PS/Porto, que contou com a presença de Ferro Rodrigues.

A Concelhia do Porto promoveu na terça-feira um debate subordinado ao tema "O PS e os caminhos do futuro", que contou com a presença do líder da bancada socialista, António Costa.

O Presidente da República enviou para o Tribunal Constitucional a Lei da Televisão.

O escândalo fiscal marcou o primeiro debate mensal na AR, com o primeiro-ministro a garantir que não houve qualquer despacho da ministra das Finanças relativo ao Benfica, quando mais tarde se confirmou a sua existência.

Realizaram-se em Ponta Delgada as Jornadas Parlamentares do PS/Açores.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

MANJERICOS

ANTOONIO COLAÇO



EDITORIAL

Por estas três singelas mentiras se avalia o mérito do Governo do PSD. Dito de outra forma, na mentira está o mérito, e quanto mais se mentir melhor, já que foi assim que se ganharam as eleições.

O INSUSTENTÁVEL PESO DA MENTIRA

E a culpa é... do Governo do PS, afirma despidoradamente Durão Barroso quando não sabe que dizer mais. Tem sido sempre assim desde que tomou posse o actual Executivo. A dramatização da situação económica e o atirar de responsabilidade para os socialistas, fazem parte de uma cassette que em menos de dois meses ficou absolutamente gasta, até porque a realidade evidencia uma inaudita acumulação de erros e mentiras do actual Governo.

Os episódios do ministro da Presidência a dizer à tarde o contrário do que havia dito de manhã sobre o dossiê RTP - e com que desprante - e, agora o facto de ser mesmo verdade a existência do despacho da ministra de Estado e das Finanças aceitando as acções da SAD do Benfica como garantia fiscal, quando no debate parlamentar da passada sexta-feira o primeiro-ministro garantia ao País a sua inexistência ao mesmo tempo que remetia para o PS eventuais responsabilidades por quaisquer acordos entre o Estado e o Benfica, leva-nos à simples e fácil conclusão de que não podemos acreditar na palavra dos membros do actual Governo.

Aliás, outra coisa não seria de esperar, uma vez que a mentira se banalizou desde logo na própria campanha eleitoral quando se prometeu, entre muitas outras coisas, quase todas elas mentiras como se tem vindo a provar, que os impostos iriam baixar. O resultado dessa promessa é o de que a partir de ontem todos pagamos mais dois por cento do IVA.

Por estas três singelas mentiras se avalia o mérito do Governo do PSD. Dito de outra forma, na mentira está o mérito, e quanto mais se mentir melhor, já que foi assim que se ganharam as eleições. Não é pois de espantar que a partir de agora todos estejamos autorizados a desconfiar do Governo que dia sim, dia

sim dá o dito por não dito com a maior das desfaçatezes, como se isso não lhe dissesse respeito.

Até o insuspeito Marcelo Rebelo de Sousa já veio dizer que tinha sido "um erro inesperado" a actuação de Manuela Ferreira Leite no caso das acções do Benfica e que no caso da RTP houve uma gestão deficiente da situação. Significa isto que mesmo nas bandas da maioria a actuação do Executivo passou a ser vista com muita apreensão. Se, por um lado, para a oposição, esta forma de conduzir dos destinos do País conduz o PSD a um derrota anunciada nas próximas eleições, a verdade é que estamos em início de legislatura com uma maioria parlamentar, de dois partidos é certo, capaz de suportar o Governo em situações altamente desconfortáveis. Até que o insustentável peso da mentira os vergue nos resultados que irão ter nas próximas eleições, sejam elas quando forem.



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva



O líder da bancada parlamentar do PS, António Costa, exigiu o apuramento de toda a verdade sobre a aceitação pelo Governo de acções da SAD do Benfica como garantia de pagamento de dívidas fiscais. "Este caso põe em causa a credibilidade do Estado e é essencial que a ministra das Finanças assuma as suas responsabilidades neste escândalo fiscal", referiu o líder parlamentar do PS, recusando o argumento de que o assunto

se encontra sob sigilo fiscal.

"Na sexta-feira, o primeiro-ministro disse que entregaria toda a documentação e que o Governo prestaria todos os esclarecimentos. Não há qualquer alteração no quadro fiscal de sexta-feira para hoje", sustentou António Costa que não se contentou com "as três folhinhas" com origem numa nota da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e que corresponderiam à informação que o Governo

ESCÂNDALO FISCAL

prometeu disponibilizar aos deputados.

"Mas há muito mais por apurar, sobretudo, depois de estar provado que o primeiro-ministro mentiu no Parlamento, quando disse que o processo das dívidas fiscais do Benfica tinha sido despachado pelo anterior Governo socialista", frisou o dirigente do PS.

Na conferência de imprensa realizada a meio da reunião Secretariado Nacional da passada terça-feira, António Costa relatou "factos estranhos", como a declaração proferida pelo presidente do Benfica, Manuel Vilarinho, em plena campanha eleitoral, de que um Governo do PSD "iria resolver os problemas" do clube. Costa referiu ainda que o autor do requerimento para que o Estado aceitasse ao Benfica como garantia as suas acções "foi feito por Vasco Valdez, então na qualidade de advogado do clube, mas hoje secretário de Estado dos Assuntos Fiscais".

"Temos de saber se todos os contribuintes podem proceder da mesma forma como o Benfica na apresentação de garantias para as suas dívidas fiscais", insistiu o líder parlamentar do PS, acrescentando que, nos anteriores governos socialistas, "todas as soluções adoptadas para o pagamento de dívidas ao

Estado foram gerais e abstractas".

"A solução agora encontrada para o Benfica pelo Governo vai valer para todos os clubes, para todas as empresas e para todos os contribuintes", questionou António Costa.

Para o PS é estranho que a ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite, tenha assinado o despacho sobre a avaliação das acções do Benfica apenas quatro dias após a sua posse, a 11 de Abril último.

O líder da bancada socialista admitiu a possibilidade de "poderá apoiar iniciativas conducentes à abertura de um inquérito parlamentar, se o Governo se recusar a fornecer todos os elementos do processo".

Após a conferência de imprensa, o gabinete de imprensa do PS forneceu aos jornalistas uma cópia do despacho de Ferreira Leite. No documento do Ministério das Finanças - Direcção Geral de Contribuições e Impostos, com o número de processo 691/11355, refere-se: "Submetido o assunto à apreciação superior foi, por despacho de sua excelência a ministra de Estado e das Finanças, sancionada a proposta de avaliação das acções (do Benfica) oferecidas para garantia", lê-se no documento.

DEBATE MENSAL NA AR

PS PÕE A NU GOVERNAÇÃO DEPRIMENTE

Mais do que as medidas anunciadas por Durão Barroso para a revitalização económica, o debate mensal com o primeiro-ministro na Assembleia da República ficou marcado pelo episódio das acções da SAD do Benfica entregues ao Estado como garantia das dívidas fiscais. Corria a discussão, até que, primeiro Jaime Gama, depois Jorge Coelho e António Costa lançaram sucessivamente a mesma pergunta, baseada numa notícia do "DN", à qual Durão não conseguiu até hoje dar uma resposta convincente. Com a fotocópia do artigo na mão, Coelho lançou as críticas mais duras, alegando que esta decisão prova que o Executivo "favorece os mais fortes". Durão garantiu que não conhecia o assunto, virava-se para Ferreira Leite a pedir esclarecimentos, e ia respondendo: "Segundo

as informações que a ministra me prestou não houve qualquer acordo com qualquer contribuinte individual, para qualquer acordo ou regime especial. Este Governo não o fez nem nunca o fará." "Não há nenhum acordo com o contribuinte que referiu", repetiu. A ser verdade o compromisso com o clube da Luz, continuou, "ele foi feito pelo vosso Governo". Parecia assunto arrumado. Mas não. Foi então que o ex-ministro das Finanças Guilherme d'Oliveira Martins garantiu que não assinou qualquer despacho nesse sentido. Face a esta declaração e à postura dos socialistas, que acusavam o primeiro-ministro de estar a mentir, Durão comprometeu-se a enviar aos deputados a cópia do processo. A abrir as intervenções socialistas do debate, o



secretário-geral, Ferro Rodrigues, considerou que o primeiro-ministro está a mexer sem razão na economia. "O programa operacional de economia tem sucesso, porque mexer", questionou o secretário-geral do PS, lançando a acusação: "O seu Governo é o responsável se houver em Portugal uma recessão económica, se se instalar em Portugal uma crise económica." Para concluir que as acções governativas de Durão correspondem à "governança mais deprimente, trapalhona e inconsistente de que há memória."

Por sua vez, o antigo líder parlamentar do PS e ex-MNE, Jaime Gama, esvaziou, com êxito, o pacote de Durão ao denunciar que "mais de metade" das privatizações anunciadas pelo primeiro-ministro constam de programas em vigor e que a reserva fiscal de investimento existe desde 1999, "não é inventada por este Governo". Já Jorge Coelho abordou os "despedimentos massivos na Função Pública" para declarar: "São portugueses, são pessoas, não são peças de qualquer máquina, nem tijolos de qualquer obra".

COMUNIDADES

CARLOS LUÍS QUER DEBATES INFORMATIVOS NA RTP1



O deputado socialista pelo Círculo da Europa, Carlos Luís, questionou o Governo sobre se a RTP Internacional (RTPI) vai promover regularmente debates informativos com a participação dos deputados eleitos pelas comunidades portuguesas. A criação de fóruns de debate com espaço de intervenção para o Conselho das Comunidades portuguesas (CCP), colectividades e associações da sociedade civil que representem e promovam os interesses dos portugueses residentes no estrangeiro é outra das questões colocadas no requerimento entregue na Assembleia da República.

Considerando que a RTPI, tal como a RTP, deve pautar a sua actuação por critérios de serviço público, o deputado socialista constata que a programação daquele canal televisivo "não tem dado o devido relevo a programas e fóruns de debate", embora reconheça que a aposta do canal "cobre da informação à ficção, passando pelos programas culturais e recreativos".

Segundo dados divulgados no requerimento, a distribuição dos tempos de emissão dos programas da RTPI faz-se nos seguintes moldes: 23,6 por cento destina-se a programas recreativos e talk-shows, 22,2 por cento informação, 14,4 por cento ficção, 11,5 por cento desportivos, 9,3 por cento musicais, 6,6 por cento diversos, 4,9 por cento documentais, 4,4 por cento culturais e 3,1 por cento infantis e juvenis.

VITALINO CANAS EXIGE

ESCLARECIMENTOS SOBRE CONDIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE PALESTINIANO



O deputado do PS Vitalino Canas exigiu ao Governo esclarecimentos sobre as condições do acolhimento e permanência em Portugal do cidadão palestino que esteve barricado na Basílica da Natividade, em Belém.

Num requerimento entregue na Mesa da Assembleia da República, o deputado do PS coloca várias questões aos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna sobre os contornos da permanência do cidadão palestino em Portugal, nomeadamente o período de tempo em que ficará no país.

Vitalino Canas quer ainda saber quais as regras de circulação no território nacional e fora dele que foram estabelecidas, quais as actividades que são permitidas ao palestino, o regime de residência e o seu modo de subsistência.

O deputado socialista requer também aos ministros informações sobre o estatuto jurídico ao abrigo do qual o cidadão de nome Anan Mohammed Hamis Tanjeh foi admitido em Portugal, bem como o tipo de medidas de segurança e vigilância que estão a

ser adoptadas.

"Cumprir garantir que estão reunidas todas as condições para a protecção da segurança e ordem pública e para a salvaguarda dos direitos daquele cidadão e dos interesses do Estado Português", salienta Vitalino Canas, ex-secretário de Estado da presidência do Conselho de Ministros no anterior governo PS.

PLENÁRIO DO PS/PORTO

FERRO DESAFIA DURÃO A EXPLICAR CASOS BENFICA E RTP

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, exigiu que o primeiro-ministro explique "urgentemente" ao País o que o Governo pretende fazer em relação ao alegado acordo fiscal com o Benfica, ao futuro do segundo canal da RTP e à não renovação dos contratos a prazo na Administração Pública.

Ferro Rodrigues, que falava no sábado à entrada para um plenário de militantes socialistas do distrito do Porto, considerou que se não houver resposta a estas três questões, estará posta em causa a credibilidade do Executivo e do próprio primeiro-ministro.

Sobre a notícia avançada pelo "DN" da entrega ao Estado de acções do Benfica como garantia de dívidas ao fisco, o líder do PS quer que o primeiro-ministro venha explicar o que se passa com essa matéria, que considerou "demasiado grave". Mas, frisou, Durão Barroso não pode responder como fez na Assembleia da República, dizendo que "tudo isso tinha sido comprometido no Governo do PS, o que é falso". "É absolutamente necessário que seja clarificado em toda a sua extensão aquilo que se passou", disse.

Ferro Rodrigues questiona se esta forma de pagar dívidas "não pode abrir um precedente a outros clubes que não pagarem à Segurança Social ou ao fisco, no caso de terem problemas", sustentando que "seria um mau exemplo".

O secretário-geral lembrou que "houve uma afirmação por parte do ainda presidente do Sport Lisboa e Benfica, Manuel Vilarinho, de que havia um apoio institucional" do clube ao PSD.

"Há outra coincidência" neste caso, referiu, chamando a atenção para o facto de o então



advogado do Benfica Vasco Valdez ser hoje secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

"Houve tentativas por parte do então advogado do clube em procurar resolver o problema ainda no tempo do Governo do PS", disse, acrescentando ter informações do então ministro das Finanças Oliveira Martins e de toda a sua equipa que, "evidentemente, tal não foi resolvido e que é um 'dossier' que transitou para este Governo".

Ferro Rodrigues afirmou que Durão Barroso "não tem o direito de tentar lançar as responsabilidades de uma questão como esta para o Governo anterior".

O secretário-geral do PS considerou que o primeiro-ministro devia ter "um duplo cuidado" com esta matéria, "pelo facto de ter tido um

apoio institucional, aliás inusitado, de uma instituição grandiosa como é o Benfica a uma determinada campanha eleitoral e candidatura, e pelo facto de ter esta coincidência do então advogado do clube ser hoje secretário de Estado dos Assuntos Fiscais".

"A administração fiscal não pode estar em roda livre e fazer aquilo que quiser, e neste caso tem que ter redobrado cuidado", concluiu.

O secretário-geral do PS convidou também o primeiro-ministro a esclarecer rapidamente as questões dos contratos a prazo na administração pública e do futuro do segundo canal da RTP.

"São questões que Durão Barroso tem que responder com toda a urgência por que, a não serem respondidas, põe em causa um mínimo

de tranquilidade, de segurança e de credibilidade deste Governo do próprio primeiro-ministro", afirmou.

Enorme intranquilidade no País

Segundo Ferro Rodrigues, o anúncio da não renovação de contratos a termo em várias áreas "está a causar uma enorme intranquilidade no País, não apenas por parte daqueles que estão a receber cartas e que serão directamente atingidos, mas também por parte das populações, que não sabem se as escolas vão abrir no próximo ano e se os hospitais vão funcionar".

Nesse sentido, considerou que "é urgente" que Durão Barroso "clarifique ao País exactamente quais são os contratos que não vão ser renovados e quais as consequências".

Quanto ao futuro do segundo canal de RTP, Ferro Rodrigues disse que "não é possível tolerar durante mais tempo que não haja qualquer resposta por parte do primeiro-ministro".

O líder do PS lembrou que existe uma comissão "dita independente", para estudar o futuro do serviço público e os critérios desse serviço. Mas, frisou, "a partir do momento em que comissão dita independente não pode colocar na ordem do dia a questão de haver dois canais mas apenas um, Durão Barroso tem que explicar, urgentemente, o que é que pensa fazer com o outro canal de serviço público que existe".

Para Ferro Rodrigues, ou o Governo tem uma intenção para o segundo canal da RTP que não pode ser revelada, o que será "mau sinal", ou então não sabe o que fazer, o que demonstra "irresponsabilidade".

Salientando que a questão do futuro do segundo canal da RTP "é tão simples e elementar", o líder do PS considerou por isso impossível esperar mais tempo por um esclarecimento do primeiro-ministro sobre esta matéria.

ANTÓNIO COSTA DENUNCIA

PRIMEIRO-MINISTRO MENTIU

O líder parlamentar do PS, António Costa, reafirmou as acusações de "mentira" feitas a Durão Barroso, por este ter garantido, na Assembleia da República, que a decisão sobre a dívida fiscal do Benfica era do anterior executivo.

"O primeiro-ministro mentiu. Disse que a decisão não era deste Governo e é", frisou, referindo-se ao despacho assinado a 11 de Abril pela ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, concordando com a aceitação de acções

de Benfica, SAD como garantia de pagamento da dívida do clube.

Falando no debate sobre "O PS e os caminhos do futuro" promovido pela concelha do Porto, António Costa classificou como "verdadeiramente escandalosa" a aceitação por Ferreira Leite de "acções de uma SAD que nem sequer está cotada em bolsa".

"Há um mau hábito deste Governo que é esta facilidade com que mentem. Mentir aos portugueses, aos jornalistas e à Assembleia

da República não augura nada de bom sobre a forma de fazer política em Portugal", salientou.

Segundo Costa, a política destes dois primeiros meses de Governo tem sido caracterizada por "trapalhadas" e por "uma enorme insensibilidade", com escolas e serviços de saúde a deixarem de funcionar pela não renovação de contratos de trabalho.

Sobre questões internas, o presidente do GP/PS reconheceu erros dos seis anos de

governança socialista, nomeadamente ao duplicar funções no executivo e no partido, mas sublinhou que o PS regressa à oposição numa posição bem mais "tranquila" e "responsável" do que em 1985.

António Costa apelou à responsabilização solidária pelos erros cometidos, constatando, "com alguma amargura, a facilidade com que se tenta colocar António Guterres como bode expiatório", quando foi o líder que alcançou os maiores êxitos para o Partido Socialista.

SEGURANÇA SOCIAL

SUSTENTABILIDADE DO REGIME EM CAUSA

O camarada Vieira da Silva, antigo secretário de Estado da Segurança Social, criticou o Governo por pretender que as pessoas com rendimentos elevados possam descontar para privados, alertando que esta alteração poderá pôr em causa a sustentabilidade do sistema de Segurança Social.

"Quem é que vai pagar o dinheiro que deixa de entrar, deixa de ser possível alimentar o fundo que existe para garantir as pensões para o futuro", afirmou Vieira da Silva classificando de "demagógica" a proposta de alteração da lei de bases da segurança social da coligação PSD/CDS.

O antigo secretário de Estado e actual deputado falava em Torres Vedras, na semana passada, durante um debate sobre o futuro da Segurança Social organizado pela Federação Regional do Oeste do PS.

"O estabelecimento de um limite (cerca de 600 contos de rendimento mensal) a partir do qual se deixa de descontar para as pensões, o chamado plafonamento, é a principal razão que leva o Governo a querer alterar a lei de bases da segurança social aprovada pelo PS", considerou Vieira da Silva.

O deputado explicou a cerca de 70 militantes socialistas a política seguida pelo partido na área da segurança social tendo destacado que "o PS garantiu que pelo menos nas próximas três a quatro décadas estejam asseguradas as

pensões".

Vieira da Silva sublinhou que "quando o PSD e o CDS chegam ao Governo encontram um fundo de capitalização que está a ser valorizado no mercado de capitais e que atinge os 800 milhões de contos".

"Esta foi uma mudança radical de que se fala pouco e que é absolutamente essencial que todos nós estejamos atentos e que nos devemos bater para que não volte atrás", frisou.

Golpe do baú contra os sistemas públicos

Vieira da Silva afirmou que, "para garantir a sustentabilidade do sistema (de segurança social), se retira 2 por cento das contribuições para a segurança social para um fundo autónomo garantindo uma almofada financeira para quando as receitas forem inferiores às pensões a pagar".

Por seu lado, o presidente da Federação Regional do PS, o deputado e também antigo secretário de Estado da Administração Local, José Augusto de Carvalho, disse que a medida que o Governo quer aprovar é "a grande lotaria para o sector das seguradoras e da banca".

José Augusto de Carvalho sustentou que "o PS deve manter informada a sociedade para que não haja qualquer golpe do baú contra os sistemas públicos".

VALONGO

VEREADORES SOCIALISTAS QUEREM INTERVENÇÃO DA IGAT

Os vereadores socialistas da Câmara de Valongo consideram que sete projectos de urbanização aprovados pela autarquia, de maioria PSD, violam "de forma clara" o actual Plano Director Municipal (PDM), pelo que vão requerer a intervenção da Inspeção Geral da Administração do Território (IGAT).

"Não temos a menor dúvida em afirmar que estes processos indiciam claras violações do PDM, o que poderá em última análise resultar na perda de mandato", refere a declaração de voto dos vereadores socialistas.

O executivo camarário de Valongo, composto por seis vereadores do PSD e três do PS, aprovou sete processos de loteamento, num total de cerca de 2.600 fogos.

Os vereadores socialistas votaram contra e, na sequência das suas dúvidas sobre a legalidade dos projectos, anunciaram a intenção de pedir um parecer à Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN) e apresentar queixas à IGAT e ao Tribunal Administrativo "por clara violação do PDM".

"Alguns urbanistas consultados levaram as mãos à cabeça quando confrontados com os processos em apreciação", refere a declaração de voto dos autarcas socialistas, que também questiona por que razão "uma intervenção



desta envergadura" não foi objecto de um plano de pormenor ou de um plano de urbanização.

Perversão do PDM

Para os vereadores socialistas, os projectos aprovados "constituem uma clara fraude e uma perversão do PDM".

Sustentam não compreender por que razão se decide a construção de mais 2.600 fogos "numa freguesia onde existem presentemente mais de 2.000 fogos prontos que não se vendem". Os projectos em causa referem-se a seis empreendimentos no Lugar do Galinheiro e um no Lugar da Encosta do Valado.

ACTUALIZAÇÃO DOS DADOS E DO NÚMERO DE MILITANTES

Visando contribuir "para o aprofundamento do rigor, da transparência e da eficácia do funcionamento do partido", conforme refere Ferro Rodrigues em carta enviada a todos os militantes, está em curso um processo de actualização dos dados e dos números de militantes.

Todos os inscritos no PS receberam já uma carta com uma ficha de actualização que deverá ser, no mais curto espaço de tempo, enviada para o Largo do Rato. Os militantes deverão ainda indicar as áreas ou temas em que, preferencialmente, gostariam de participar.

Com efeito, a actualização dos dados e dos números, em que a manifestação da vontade individual de cada militante é decisiva, revela-se uma soberana oportunidade para, no respeito pela legislação de protecção de dados pessoais actualmente em vigor, transformar o ficheiro num verdadeiro instrumento de promoção da participação política interna e externa dos membros do nosso partido.

Aos militantes cabe a responsabilidade de responderem positivamente a este processo, de forma a termos um partido mais e melhor preparado para a promoção de uma cidadania activa, com regras internas claras e transparentes.

SCUT

FEDERAÇÕES DO PS CONTESTAM INTRODUÇÃO DE PORTAGENS



As Federações do PS de Castelo Branco, Guarda e Santarém manifestaram a sua total oposição à introdução de portagens nas SCUT's, designadamente na Beira Interior. Para combater as intenções do Governo, estas estruturas socialistas vão promover uma série de iniciativas, desde um abaixo-assinado até à realização de debates sobre a matéria.

Os dirigentes e deputados socialistas dos três distritos estiveram reunidos na segunda-feira para "tomar uma posição conjunta" face às intenções do Governo de introduzir portagens nas SCUT's.

O deputado socialista Fernando Serrasqueiro manifestou o seu "repúdio total" pela introdução de portagens na SCUT da Beira Interior.

Fernando Serrasqueiro lembrou que a auto-estrada da Beira Interior se inseria num plano mais global de combate à desertificação e de promoção de um desenvolvimento do País mais equilibrado.

Para o deputado, a auto-estrada era uma peça de um conjunto de política regional que estava a ser seguida pelo Governo anterior e que é agora interrompida.

Para combater as intenções do Governo, os dirigentes socialistas decidiram fazer um abaixo-assinado de protesto que terá como primeiros subscritores os presidentes das Câmaras de

Abrantes, Castelo Branco e Guarda, e promover um conjunto de debates sobre a matéria.

Por outro lado, será criada uma comissão, liderada pelos três autarcas, que vai pedir uma audiência ao ministro das Obras Públicas para tentar fazer ver ao Governo a injustiça da medida.

No comunicado lido após a reunião pelo presidente da Câmara de Abrantes salienta-se que "as auto-estradas SCTU's foram pensadas como instrumentos de combate à interioridade e à promoção de factores positivos de coesão social e territorial do País, encurtando distâncias e mobilizando as energias e capacidade locais e regionais para o esforço do desenvolvimento".

Por outro lado, "pretende-se promover meios de desagravamento dos custos da interioridade com o não pagamento de portagens pelos utilizadores e acelerar a construção destas acessibilidades vitais para as regiões contempladas, contribuindo decisivamente para esbater as assimetrias no contexto nacional e europeu".

Deputados de Vila Real protestam

Também os deputados do PS eleitos pelo círculo de Vila Real manifestaram o seu desacordo

quanto à introdução de portagens nas SCUT's, prometendo iniciar um movimento de protesto contra a criação de portagens no Itinerário Principal 3 (IP3).

Em conferência de Imprensa, o deputado Ascenso Simões acusou o Governo de estar a construir uma auto-estrada com portagens sem ter em conta a Lei Europeia, que exige uma estrada alternativa viável à via paga.

"Nesta região ficamos sem alternativa com verdadeiras condições de segurança, pois as estradas que há já estão saturadas e com o pagamento de portagens ficarão ainda mais sobrecarregadas", sublinhou.

O deputado Pedro Silva Pereira, por sua vez, disse que a colocação de portagens no IP3 vai ter como consequência imediata o atraso na conclusão do itinerário, já que será necessário reestruturar o projecto para a construção de praças de portagens.

"Haverá também necessidade de expropriar mais terrenos, pagar mais indemnizações e de se realizar uma nova avaliação do impacto ambiental do traçado", frisou.

Silva Pereira salientou ainda os custos que o Governo vai ter de pagar nas expropriações, nas alterações do projecto e nas indemnizações aos consórcios que ganharam os concursos já realizados.

Ascenso Simões lembrou o menor número de

nós de acesso a uma auto-estrada com portagens, o maior distanciamento a algumas localidades e a maior dificuldade de fazer a ligação das estradas regionais à SCUT.

"Hoje damos o primeiro passo para a mobilização da sociedade transmontana contra a colocação de portagens", afirmou.

Lagos contra o fim da SCUT

Mais a sul, em Lagos, também se contesta a introdução de portagens nas SCUT's. A Câmara aprovou uma moção contra o fim da SCUT algarvia, entre Guia e a Lagos, por considerar que penaliza o desenvolvimento económico.

A autarquia defende que o eventual pagamento de portagem naquela via será um "retrocesso económico e social de elevadíssimos custos" para o Algarve.

O presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, afirmou que o pagamento de portagem, no caso do Algarve, condicionará o desenvolvimento económico de toda a região.

"A Câmara de Lagos manifesta-se contra a conversão das auto-estradas com portagens virtuais em auto-estradas com portagens reais (utilizador/pagador), que é duplamente penalizadora para o barlavento algarvio", lê-se no documento.

ALTERAÇÕES À LEI DA TELEVISÃO

SAMPAIO QUESTIONA GARANTIA DE INDEPENDÊNCIA DA RTP

O Presidente da República, Jorge Sampaio, enviou para o Tribunal Constitucional o diploma com as alterações à lei da televisão, com dúvidas sobre a garantia de independência da Radiotelevisão Portuguesa (RTP).

Em causa está a alteração proposta pelo Governo que retira ao Conselho de Opinião da RTP o parecer vinculativo sobre a nomeação da administração da empresa.

Em 1998, a Assembleia da República determinou o carácter vinculativo dos pareceres do Conselho de Opinião da RTP sobre a composição da administração da empresa.

Para Jorge Sampaio, o carácter vinculativo dos pareceres é a principal ou mesmo a única norma que, no caso da RTP, salvaguarda a garantia constitucional de independência estrutural e de funcionamento perante o governo e a administração.

Face à alteração da lei da televisão, que retira esse carácter vinculativo aos pareceres, Sampaio quer saber se poderá ficar prejudicada a garantia constitucional de independência da televisão pública.

O diploma, que chegou a Belém no dia 24 de Maio, suscitou outra dúvida ao chefe de Estado, decorrente ainda da eliminação do carácter vinculativo dos pareceres do conselho de opinião. O Presidente considera que a alteração legislativa aprovada pelo Parlamento, sendo uma restrição à garantia de independência prevista na Constituição, só é constitucionalmente legítima se for necessária para a prossecução de um outro interesse protegido pela Lei Fundamental.

Sampaio tem dúvidas de que assim seja, mesmo porque na nota justificativa do diploma, o Governo de Durão Barroso refere que foi sobretudo o contexto político determinado pelas circunstâncias, conteúdo, alcance e consequências do parecer negativo do Conselho de Opinião que provocou a alteração da lei da televisão.

O chefe de Estado, que tem apelado à abertura no debate sobre a matéria, lamentando alguma "crispação" que se verificou, considera que só depois de esclarecidas as dúvidas sobre a



CONHECER MELHOR A HISTÓRIA E A HERANÇA JUDAICAS

O futuro museu judaico de Lisboa "virá contribuir para a preservação de uma história e de uma herança que todos ganharemos em conhecer melhor". Foi esta a mensagem deixada pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, durante a cerimónia que assinalou, domingo, o início das comemorações do centenário da colocação da primeira pedra da Sinagoga Shaaré Tikvá (Portas da Esperança), de Lisboa.

Referindo-se ao contributo dos judeus portugueses para a construção de Portugal nos campos da economia, da ciência e da cultura e às perseguições sofridas ao longo de vários séculos, Sampaio sublinhou que a vocação universalista do País se reforçou "nos períodos de tolerância" e decaiu nos tempos de intolerância.

Afirmando que a sua presença na cerimónia, em nome do Estado português, significava o "apreço" do País pela acção da comunidade judaica, Jorge Sampaio citou nomes de judeus portugueses que, ao longo dos séculos, se distinguiram nos seus campos de actividade, como Garcia de Orta, Amato Lusitano ou Samuel Usque, o autor da "Consolação às Tribulações de Israel".

constitucionalidade é que a discussão poderá prosseguir.

Recorde-se que, a partir da remissão pela Presidência da República de um diploma, o Tribunal Constitucional tem dez dias para se pronunciar sobre a matéria.

Presidente agiu bem

Entretanto, as reacções à decisão de Jorge Sampaio não se fizeram esperar. À esquerda do espectro político nacional, o PS e o PCP manifestaram agrado com a decisão presidencial.

O secretário-geral dos socialistas, Ferro Rodrigues, considerou que o chefe de Estado "agiu bem", dadas as "fundadas dúvidas" que a proposta do Governo levanta.

"O Presidente da República, mais uma vez, está a defender a Constituição", sublinhou Ferro, recusando-se falar em vitória da sua bancada, embora não tivesse deixado de lembrar ter sido o PS um dos partidos a "alertar (Sampaio) para a forma trapalhona" como estava a ser conduzido o processo da alteração da Lei da Televisão pelo Executivo.

Por seu turno, o líder do GP/PS considerou que o Presidente da República se limitou a exercer as suas competências constitucionais ao pedir a fiscalização preventiva da proposta governamental.

Segundo o líder da bancada socialista, a maioria PSD/CDS-PP "impediu que as questões que suscitaram a constitucionalidade do diploma fossem esclarecidas na Assembleia da República".

"Mas, mais tarde ou mais cedo, essas dúvidas teriam de ser esclarecidas", disse Costa, adiantando que os socialistas "aguardarão com serenidade a decisão do Tribunal Constitucional" sobre a proposta de alteração à lei da televisão.

António Costa considerou "positivo que as instituições funcionem", sublinhando que o Partido Socialista "não comenta as decisões do Presidente da República".

M.R.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



ENCONTRO DA SEDES

MUDANÇAS PARA RESTAURAR CONFIANÇA

Uma Convenção que introduza mudanças no alargamento da União Europeia (UE) por forma a combater o medo e a insegurança que afectam as populações comunitárias foi a solução defendida pelo comissário português António Vitorino no debate da Sedes.

Convicto de que "só o projecto de construção europeia pode garantir a manutenção do modelo social europeu", Vitorino alertou para as ameaças inerentes à lógica da globalização, que, ao gerar incerteza, põe em causa o plano de desenvolvimento baseado nos valores da solidariedade e da coesão social.

Esta é "uma questão que marca a cultura política", sustentou, frisando de seguida que as pessoas encaram com intranquilidade a globalização porque ela não tem rosto e representa uma ameaça à liberdade e aos direitos sociais.

Para o comissário, "este sentimento difuso de insegurança exige resposta dos políticos" e essa resposta passa pelo desenvolvimento económico, pela competitividade, pela criação de políticas de solidariedade e segurança social e pelo controlo e luta contra o terrorismo.

A existência da UE, defendeu, "é uma das poucas garantias que os Estados têm actualmente para poderem continuar com essas políticas."

Na última conferência organizada pela Sedes, destinada a discutir "Que Convenção para a Europa?", António Vitorino afirmou que o "suplemento de alma" que os países europeus precisam para levar a cabo as reformas do modelo social "só pode vir de um choque eléctrico exterior dado pela UE", uma vez que, "os grandes instrumentos de reforma estão nas mãos dos Estados".

O comissário europeu alertou igualmente para a necessidade de um modelo para a Europa que combata o crescente sentimento de medo nos países da União, e que, consequentemente, os afasta do projecto de construção europeia. Cerca de "89 por cento dos cidadãos europeus e 91 por cento dos portugueses têm medo de ser vítimas de um ataque terrorista", observou



Vitorino, citando dados do Eurostat.

Para que o alargamento da UE não agudize ainda mais estes receios, António Vitorino sugeriu a implementação de "mudanças a três níveis". "Mudanças que aproximem os cidadãos do projecto europeu; mudanças ao nível dos valores e mudanças ao nível das instituições", apontou.

Relativamente ao último ponto, o comissário defendeu a continuação dos actuais poderes da Comissão Europeia, rejeitando a ideia de esta ficar totalmente dependente do Parlamento Europeu, uma vez que, para Vitorino, deve manter-se o modelo de funcionamento actual, acrescentando-lhe mais "transparência e responsabilidade democrática".

Não há crise na Europa

A prudência excessiva com que alguns encaram o processo de construção europeia foi contestada por António Vitorino, para quem a alegada "ameaça" à identidade dos países "é um exercício manipulatório de emoções".

Ainda citando os dados do Eurostat, Vitorino sustentou que "Portugal não é o país onde há maior apoio ao alargamento" e que "na generalidade dos países da UE há a percepção de que o alargamento é algo longínquo e distante".

Por isso, defendeu, "urge introduzir mudanças no alargamento, para que os cidadãos se possam reconciliar com o projecto europeu, clarificado qual o seu valor acrescentado e em

que medida influi e beneficia a vida colectiva dos cidadãos.

Não exagerar os sinais de mal-estar na Europa, fazendo "diagnósticos tremendíssimos" foi a recomendação deixada pelo governador do Banco de Portugal, na sessão de abertura dos VIII Encontros Internacionais da Sedes, que decorreram em Sintra, subordinados ao tema "Europa, civilizações, valores e futuro".

Vitor Constâncio, que falava no debate moderado pelo ex-ministro da Presidência e das Finanças, Guilherme d'Oliveira Martins, defendeu que não se devem exagerar os sinais de mal-estar na Europa dado que a "hipotética crise não existe, porque não é acompanhada por qualquer recessão grave ao nível económico, como já aconteceu no passado na Europa".

Segundo Constâncio, esse mal-estar manifesta-se sobretudo "em sectores intelectuais de esquerda".

Na sua intervenção, o governador do Banco de Portugal referiu-se aos perigos inerentes à evolução dos conceitos de tolerância e de pluralismo nos países europeus.

"Hoje, pluralismo já não significa apenas respeito pelas opiniões dos outros, mas começa a ser entendido na perspectiva de que tudo se equivale nas nossas cabeças", sustentou, acrescentando que essa nova concepção de pluralismo "está a destruir as nossas convicções e a nossa capacidade de decisão".

Quanto à noção de tolerância, Vitor Constâncio traçou uma linha de demarcação entre "respeito pelos hábitos dos outros e o multiculturalismo". "Com o avanço do multiculturalismo, começou a entender-se que as sociedades têm de promover por igual todas as culturas, não havendo assim a necessidade de haverem valores comuns", explicou.

Constâncio advogou "o primado da política como instância essencial à produção de sentido numa sociedade", alertando, porém, para a dificuldade de restaurar a política, "porque, em primeiro lugar, os políticos teriam de deixar de fazer discursos irrealis".

NOVA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO EM MARCHA

Falando à margem do encontro da Sedes, António Vitorino adiantou ainda estar em curso um projecto para uma nova política de imigração, que passará por um controlo dos fluxos migratórios e pela criação de um corpo europeu de guardas de fronteiras.

De acordo com o comissário europeu, a médio prazo deverá ser aplicada no terreno uma nova política de imigração de "deve ser conduzida", com um "controlo de fluxos migratórios", através da criação de canais claros de imigração legal.

Com o objectivo de combater a imigração clandestina e o tráfico de pessoas, serão criadas fronteiras externas.

Para o efeito, passará a haver "polícias de fronteiras europeias, que não substituem as nacionais, mas que as apoiam e reforçam, sobretudo as mais vulneráveis", adiantou.

Trata-se, segundo explicou, de um "processo gradual, que partirá de uma instância, de mera coordenação, a criar rapidamente, para que a médio prazo, dentro de quatro ou cinco anos, seja possível ter um corpo europeu de guardas de fronteiras".

PR DEBATE EUROPA

MUTAÇÃO INSTITUCIONAL É GARANTIA DE IGUALDADE

A refundação da arquitectura institucional da União Europeia (UE) é o caminho defendido pelo Presidente da República para salvaguardar o princípio da igualdade entre os Estados-membros.

Jorge Sampaio afirmou-se advogou a criação de uma segunda câmara com funções legislativas no Parlamento Europeu como forma de garantir a igualdade entre os Quinze,

assinalando que tal opção "implica uma reforma profunda da arquitectura institucional".

"Haverá que reequacionar a atribuição de competências de todos os órgãos bem como as condições do exercício dessas funções", afirmou o chefe de Estado, que falava, terça-feira, na sessão de abertura de um seminário internacional sobre o futuro modelo político da UE face ao alargamento a outros Estados. Segundo o Presidente, "só tendo a coragem de iniciar esta mutação institucional" será possível "estabelecer as bases de uma Europa mais integrada do ponto de vista político".

Jorge Sampaio frisou que é "indispensável encontrar mecanismos que salvaguardem o princípio da igualdade entre os Estados ou que obviem à tendência crescente ao recurso a práticas discriminatórias".

O reforço da Comissão Europeia, "a guardiã do interesse geral" e a "recondução do papel do Conselho Europeu, um órgão de representação paritária dos Estados, às funções impulsionadoras e de orientação" foram algumas das propostas que deixou.

A continuação das presidências rotativas da União Europeia foi também defendida pelo chefe de Estado, sustentando que além de

"constituir uma expressão importante do princípio de igualdade", é "um elo de aproximação dos cidadãos à União".

Numa altura em que na Europa "começam a proliferar comportamentos de xenofobia e situações de exclusão acrescidas", disse, "é importante lembrar que a União Europeia representa um espaço de cidadania aberta". Para fortalecer essa ideia, Sampaio reafirmou a necessidade de um "pacto constitucional que consagrará o conjunto de direitos fundamentais, as liberdades cívicas, os direitos económicos e sociais dos cidadãos da Federação".

CARLOS LAGE

UMA CONSTITUIÇÃO PROGRAMÁTICA PARA A EUROPA

A construção da Europa pode sofrer um rude golpe se falhar a Convenção Europeia. O projecto europeu deve ser uma causa fundamental para a esquerda, o traço distintivo contra os nacionalismos e proteccionismos que despontam na União.

Estas são opiniões de Carlos Lage, líder dos socialistas portugueses no Parlamento Europeu, que em entrevista ao "Acção Socialista" assumiu as suas convicções federalistas. Por isso, defende a existência de uma Constituição programática europeia que consagre no seu normativo uma segunda câmara no PE.

Sempre atento à realidade nacional, Lage considera que o actual Governo não tem perspectiva nem visão de futuro para Portugal.

A Convenção Europeia está a decorrer, mas, pelo que hoje podemos saber muito dificilmente se chegará a um modelo que agrade a todos. Há o risco, como diz António Vitorino, de não se chegar a nenhuma conclusão e de se ter aberto a caixa de Pandora?

Esse risco existe, agora estou convencido de que a Convenção não vai falhar, porque não pode falhar. Há consciência dos membros da Convenção e dos seus principais responsáveis, designadamente o presidente Giscard d'Estaing, dos governos europeus e das elites públicas europeias de que se esta Convenção falhar é todo o projecto e a construção europeia que sofrem um rude golpe.

Esta Convenção está condenada a ter resultados. A passagem dos resultados da Convenção para o texto do tratado constitucional que tem que ser sempre aprovado pela Conferência Intergovernamental já é uma outra questão.

Portanto, estou convencido de que a Convenção vai chegar a um bom texto, e também estou convencido de que a Conferência Intergovernamental, em boa parte, vai aceitar este texto. Por isso, estou relativamente optimista quanto aos resultados da Convenção. Embora, obviamente, nesta primeira fase que é uma espécie de *happening*, haja motivos para todo o tipo de preocupações.

Mas, o poder de decisão final estará sempre nas mãos dos governos na CIG em 2004. Pelas declarações que vão sendo produzidas, é de crer que sai reforçado o poder intergovernamental, ou não?

Temos aí uma questão muito complicada que só os próximos tempos nos poderão trazer alguma luz sobre isso. Penso que há, neste momento, um texto da Comissão que é ambicioso, onde, de alguma maneira, se procura concentrar e aumentar os seus poderes na arquitectura política europeia, no sistema triangular, que nós conhecemos, ou seja, Parlamento, Comissão e Conselho.

Essa ambição de concentrar o poder é aceitável do ponto de vista da lógica do projecto e dos interesses europeus. Porém, se não for acompanhada por uma forma de legitimação da Comissão noutros termos que não o actual, parece-me excessivo. Tenho muitas dúvidas que os governos dos diversos Estados, e



portanto que o Conselho Europeu possa admitir que uma Comissão que é representativa, sem dúvida nenhuma, dos interesses comuns dos europeus, mas cuja legitimidade é débil, se possa sobrepor a esses governos nacionais em matérias tão delicadas como são, por exemplo, a política externa e de segurança comum.

Concorda com a ideia de uma federação no espaço europeu?

Sim, eu concordo que o federalismo neste momento trabalha no projecto europeu, e, portanto, de certa maneira faz-se hoje federalismo na Europa. Muitas pessoas fazem federalismo sem o saberem, como aquele personagem, *monsieur Jordan*, que a certa altura descobriu que falava em prosa, ou seja, nós também estamos a fazer federalismo há muito tempo. A moeda única é claramente um elemento federal e também a própria integração europeia à medida que vai transpondo para o plano das instituições europeias, para o plano supranacional, atributos tradicionais da soberania do Estado, como é o caso da política externa e da segurança comum. Há a ideia hoje generalizada na Europa de que há uma grande lacuna e uma grande carência no que diz respeito à política externa e da segurança comum e que ela deve ser comunitarizada. Portanto, à medida que isso acontece dificilmente podemos deixar de reconhecer que estamos perante o avanço de um modelo federal. Só que o modelo federal europeu será sempre diferente dos modelos federais conhecidos. Será um federalismo de outro tipo, baseado em Estados nacionais muito activos e fortes, com a sua língua, a sua cultura e não um federalismo

como aconteceu com o Estado americano. Podemos chamar ao federalismo europeu um federalismo de carácter cooperativo mais do que propriamente um federalismo de raiz.

A efectivação do federalismo na Europa pressupõe a existência de uma segunda câmara do Parlamento Europeu?

Pessoalmente, e por uma questão de coerência do sistema, sou favorável a uma segunda câmara. Quando se evolui para um modelo do tipo federal deve existir uma representação dos povos proporcional ao número de cidadãos, portanto, em representação directa dos cidadãos, e deve existir também uma representação dos Estados.

Qual seria a composição e quais os poderes desta segunda câmara?

Sublinho que me parece irrecusável a existência de uma segunda câmara. O problema é saber qual a sua natureza. Por definição esta segunda câmara terá que garantir a igualdade entre os Estados. Agora a questão reside em saber se ela será constituída pelos governos ou por representantes dos parlamentos nacionais.

Inclino-me claramente para a última hipótese. Esta não é uma ideia popular no Parlamento Europeu, já que se considera que o aparecimento de uma segunda câmara cria um concorrente. Há um certo espírito corporativo à volta da representação parlamentar. Mesmo todo o aparelho institucional do Parlamento Europeu faz o que é possível para que esta ideia de uma segunda câmara representativa dos parlamentos nacionais seja afastada. Todavia, não vejo como

podemos ter simultaneamente uma representação dos Estados e uma representação que não ponha de lado os parlamentos nacionais. Para mim os parlamentos nacionais têm que estar integrados na constituição europeia.

Ora, uma segunda câmara representativa dos parlamentos nacionais tem essa dupla virtude: ser simultaneamente uma câmara onde se reflecte a igualdade entre os Estados e onde os parlamentos nacionais estão representados.

A segunda câmara podia ainda ajudar a encurtar o processo legislativo europeu em várias matérias.

Atendendo ao princípio da subsidiariedade, como é que os parlamentos nacionais se harmonizam com o Parlamento Europeu?

O princípio da subsidiariedade está inscrito no coração do federalismo e aplica-se fundamentalmente na distinção entre os poderes das instituições nacionais e locais e das instituições supranacionais no modelo federal. Portanto, o que nós temos que procurar, na aplicação da subsidiariedade, é a transposição para o plano da União Europeia apenas daquelas competências que uma união deve desenvolver na esfera internacional e na esfera interna da própria federação, deixando para os Estados e para as colectividades locais tudo o resto.

É na base desse princípio que se vai tentar fazer a clarificação ou a delimitação das competências entre a União e os Estados-membro.

Quanto à Comissão, ela deve tornar-se o verdadeiro Governo europeu com reforço das suas competências?

Essas são as grandes opções a tomar. Se se transformar a Comissão num Governo europeu, será preciso mudar completamente a sua natureza de forma a fazê-la corresponder a algo que tenha uma base electiva e em que os europeus se sintam representados na base de uma votação, o que levanta enormes dificuldades e problemas. Ou então a Comissão, o seu papel que será sempre um papel importante, mas terá de ser redefinido, numa perspectiva de exercer competências de carácter executivo.

Os Conselhos sectoriais poderiam nessas circunstâncias ser um pouco desvalorizados, ou mesmo deixar de existir e poderíamos então atribuir ao conselho europeu fortes poderes.

É evidente que é difícil desenhar em pormenor a arquitectura da União Europeia com base neste jogo das instituições. Mas essa é exactamente a função da Convenção e o debate que temos que travar.

No seminário de Bruges, Mário. Soares defendeu, como aliás tem vindo a defender há alguns anos, a criação de uma Constituição europeia. Qual é a sua opinião?

Sou claramente a favor de uma Constituição europeia, agora não temos é um processo constitucional europeu.

O importante é saber se queremos um tratado de natureza constitucional que confira estabilidade à União Europeia no que diz respeito à sua constituição política fundamental, e onde estejam definidas com clareza e de forma simples, tanto quanto é possível, os direitos e liberdades dos cidadãos, ou seja, que incorpore, por um lado, a Carta dos Direitos Fundamentais, e, por outro, sejam definidos os órgãos, o seu modo de funcionamento, de eleição, e onde estejam definidas algumas das grandes políticas europeias.

A Constituição europeia, a existir, tem que ser mais programática ou ficar somente pela organização do poder político?

Tem que ter uma componente programática. Para a esquerda é muito importante que essa Constituição tenha também uma componente programática, designadamente porque a Europa à medida que se alarga vai aumentar as desigualdades no seu território.

Terá que existir uma função redistributiva no âmbito da União. Essa função só pode ser realizada através de algumas políticas, nomeadamente de coesão e de desenvolvimento das zonas mais atrasadas, o que implica e põe imediatamente em cima da mesa a questão do financiamento da União Europeia.

À medida que a Europa se alarga e assume novas funções, designadamente no terreno da política externa e no espaço de liberdade, segurança e justiça, é imperioso que a Europa encare o seu financiamento de uma outra maneira no futuro.

Portanto, a questão programática é uma questão muito importante, mesmo no que diz respeito a certas políticas de natureza social.

A Europa social é um grande tema, é uma grande bandeira e não pode ser completamente esvaziada e, sobretudo, a esquerda não pode deixar de ter em conta que na elaboração do texto constitucional algo sobre isto deve afigurar.

Este problema de financiamento da União Europeia é muito importante e devia figurar no texto constitucional algo que nos fizesse avançar para um financiamento próprio da União Europeia, eventualmente um imposto, como defendia em certa altura Mário Soares, que fosse transparente e controlado pelos cidadãos europeus.

Uma das questões da actualidade tem a ver com o défice zero. Concorda com aqueles que defendem uma interpretação mais flexível deste enunciado, ou está do lado dos que são da aplicação *tout court* dos critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento?

O défice zero não pode ser um objectivo, como também não podem deixar que as finanças públicas de um país não estejam submetidas a nenhuns limites. Creio que nos períodos de expansão da economia, os

Estados bem governados e os bons governos devem moderar os seus gastos e tentar equilibrar as suas finanças. Nos períodos em que há abrandamento da actividade económica ou há recessão, é natural que os governos possam dispor de uma margem de manobra que é dada por um certo aumento do défice público.

Nesse sentido, parece-me bastante inoportuno que no momento em que há uma abrandamento da economia europeia, alguns Estados, como o português, tenham que se submeter a uma disciplina financeira rígida.



Voltando à questão da soberania. A Europa só será soberana quando tiver um exército próprio e prosseguir uma política comum externa e de segurança e defesa? O que é a soberania europeia?

Aí está uma discussão de carácter filosófico interessante. Será que os velhos conceitos do século XVI do sr. Jean Boudain são aplicáveis aos tempos actuais, ou estarão completamente gastos e ultrapassados?

Podemos dizer que se há aspectos dessa soberania nacional que são eliminados, a capacidade nacional e a soberania partilhada com outros estados aumenta o poder. Só que essa soberania partilhada entre os diversos estados e transferida para um nível superior deverá ter como síntese uma soberania europeia. Este é conceito a explorar. Aproximo-me um pouco da reflexão do Alberto Costa nessa matéria. Uma certa noção de soberania europeia será necessária, nomeadamente no que diz respeito à política externa e de segurança, porque é aí na defesa da sua própria segurança, das suas fronteiras, dos seus interesses e da sua projecção mundial que em boa parte nasceu no século XVI o conceito de soberania.

Quais devem ser as bandeiras que os partidos socialistas devem erguer por formar a reconciliar os cidadãos com a esquerda e aproximá-los da política?

A esquerda deve ser capaz de defender o projecto europeu e tê-lo como bandeira. Como alguém já disse, o projecto europeu é o último que resta. É uma das maiores ambições históricas que os europeus podem alimentar nos tempos que correm. Num momento em que a extrema-direita começa a ergue-se na Europa, extrema-direita essa nacionalista e proteccionista e contrária ao espírito do projecto europeu, a esquerda deve ter como causa fundamental o projecto europeu, o que pode ser um traço distintivo. Agora, a aproximação dos cidadãos é um tema que está permanentemente no discurso político, mas raramente encontro pessoas que sejam capazes de explicar como essa aproximação se faz, para além do clássico modelo

representativo. Podemos dizer que o modelo representativo precisa de ser afinado, precisa de ser melhorado, mas não me parece que a própria política possa dar uma volta e aproximar-se quase de forma milagrosa dos cidadãos, porque eles hoje têm várias formas de intermediação com o poder e as representações do poder na sociedade. Pela comunicação social, por aquilo que lêem, por aquilo que experimentam, pelas diversas solicitações a que são submetidos. Não há uma fórmula mágica que nos diga como nos podemos aproximar dos cidadãos ou a política se pode aproximar dos cidadãos e

Europeu. Em matéria de política europeia continua a existir entre o PS e PSD uma forte convergência, o que, para mim, é uma coisa positiva. Não sei se nos próximos tempos isso continuará assim. Receio que haja elementos no Governo contrários a esta política, havendo já alguns sinais no governo de mudanças relativamente a este *dossier*.

Seria lamentável que o Executivo evoluísse, por razões de política interna e de cálculo político, para uma atitude menos europeia, divorciando-se da tradição que já é a do Estado português relativamente à Europa.

Como comenta a extinção da Comissão dos Assuntos Parlamentares?

No plano simbólico é uma coisa negativa.

E no plano prático?

No plano prático terá sido também. A nova Comissão dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus ou Assuntos Europeus e Negócios Estrangeiros (creio que jogaram aqui com a ordem das palavras), não sei se ela vai desempenhar bem ou não as suas funções. Agora parece-me deplorável que se queira transformar a política europeia, que é hoje uma política interior aos próprios Estados e que é comum aos próprios Estados num componente da política externa. Se este for o entendimento, então é um sinal de que se quer transformar a política europeia numa política externa e estamos perante um recuo. Mas, creio que é capaz ter havido razões de natureza funcional e algumas querelas que levaram a esta opção. Não queria, sobre isso, formular um juízo definitivo. Embora, como disse, no plano simbólico, tenha sido uma coisa muito negativa.

O PS tem Congresso marcado para Novembro e está neste momento a proceder à renovação dos seus estatutos, declaração de princípios e programa. O novo ciclo de oposição que se iniciará em Novembro pressupõe uma atitude mais ofensiva. Como é que acha que essa oposição deverá ser realizada?

Penso que temos em Ferro Rodrigues um dirigente com o qual me sinto identificado no seu estilo e na sua forma de encarar a vida política portuguesa e a atitude oposicionista. Todavia, o PS vai ter um compasso de espera em que pode repensar a fundo, quer o seu funcionamento, quer a própria sociedade portuguesa. Temos que fazer o diagnóstico do que é hoje a sociedade, a economia portuguesa, como é que o cidadão português hoje encara o País, encara a Europa, o mundo, as novas atitudes, as novas gerações, os novos problemas. Esta reflexão é tanto mais interessante porque passámos seis anos no Governo e fizemos muitas coisas positivas, mas também tivemos alguns insucessos.

Na oposição, para além da crítica de um governo, que do meu ponto de vista tem alguns ministros interessantes, mas no seu conjunto é um pouco medíocre, devemos evoluir para a apresentação de propostas e para a renovação de ideias e valores que nos permitam aparecer perante os cidadãos como aquilo que sempre fomos, uma grande força política social-democrata, socialista e, ao mesmo tempo, capaz de pensar os problemas da sociedade portuguesa e do mundo à medida que a sua passagem do poder para a oposição lhe dá novos espaços e outros ângulos de visão. Por outro lado, acho que o PS precisa neste momento - estas palavras são fortes - de uma certa revolução mental, uma certa revolução geracional.

Não creio que revolução geracional, ou seja, a ascensão de jovens, novos quadros e juventude no PS seja suficiente. Espero e desejo uma revolução mental de mudanças de atitudes e comportamentos. Também não me parece que basta tentarmos nós, os veteranos, fazer uma mudança de atitude e de maturidade para que o PS se renove: Temos que jogar nestes dois componentes, ou seja, abrir o PS às novas gerações e, ao mesmo tempo, procurar a renovação e a abertura mental a novas ideias e a novas questões que se colocam a Portugal, à Europa e ao mundo.

CONVENÇÃO

VITORINO DEFENDE DIÁLOGO SOBRE CIDADANIA

Os grandes desafios do euro, da política externa e da defesa comum comunitárias serão ultrapassados com êxito seguindo o "método" de que é depositária a Comissão Europeia. A ideia foi defendida por Michel Barnier, para quem "a Comissão tem tido um papel fundamental enquanto herdeira do método europeu que foi a chave do êxito de todo o processo, da sua legitimidade e transparência". O comissário para as Reformas das Instituições e Política Regional, acompanhado por António Vitorino, seu homólogo da Justiça e Assuntos Internos – ambos representantes da Comissão Europeia na Convenção para o Futuro da Europa, com 105 membros –, falava em conferência de

Imprensa no âmbito do seminário "Um Modelo Político para a Europa do Século XXI", promovido pelo Presidente da República. O comissário francês recordou que a Convenção, ultrapassando o foro dos especialistas, inaugura assim um "debate aberto", sem precedentes, às participações de governos, parlamentos, regiões e da própria sociedade civil. Neste ponto, António Vitorino realçou o imperativo do "diálogo sobre a cidadania" em nome do êxito da missão incumbida à Convenção. Barnier e Vitorino almoçaram com representantes portugueses na Convenção, a quem deram conta dos debates em curso e



objectivos da Comissão tendo como pano de fundo a contribuição portuguesa para o alargamento e a Conferência Intergovernamental (CIG) de 2004. António Vitorino secundou a ideia de um "projecto ambicioso", passível de ser melhorado,

designadamente nos aspectos do "controlo político". Para o comissário português, "a reforma das instituições não é um jogo de ganha ou perde", mas uma iniciativa que "visa o benefício global do sistema".

VENDA DE AUTOMÓVEIS

NOVO REGULAMENTO COMUNITÁRIO BENEFICIA CONSUMIDORES

O novo Regulamento Comunitário sobre a distribuição automóvel na União introduz "benefícios inequívocos" para os consumidores europeus e poderá conduzir, no futuro, a alterações significativas ao nível das políticas fiscais dos Quinze para o sector. Foram estas duas das ideias sublinhadas pelo eurodeputado socialista Manuel dos Santos, durante a sessão plenária do Parlamento Europeu, ao intervir no debate do diploma que terá por efeito, a partir do final deste ano, a progressiva abertura à concorrência das vendas de automóveis no Velho Continente. Manuel dos Santos – que juntamente com a eurodeputada do PS Helena Torres Marques



patrocinou em Portugal, em Março último, uma audição pública sobre a matéria – considerou que a actual proposta da Comissão Europeia "representa um avanço significativo para o comércio automóvel, pondo fim ao poder excessivo das marcas que, nalguns casos, chega a prefigurar uma situação de abuso de posição dominante". Segundo o eurodeputado, o regulamento não produzirá necessariamente uma diminuição a curto prazo no preço dos veículos, uma vez que "a formação dos preços no mercado final depende ainda demasiado das tributações nacionais e da forma diferenciada como os Estados encaram a aplicação dos impostos nesta

área; podem inclusivamente registar-se nos primeiros tempos movimentos perversos no sentido de uma alta de preços". Assim, urge uma harmonização fiscal ao nível dos países-membros que permita a regularização de preços e potencie uma concorrência sábia neste domínio. Manuel dos Santos espera que o novo regulamento induza tal mudança no comportamento dos governos, provocando a consequente alteração das suas políticas fiscais. "Só então se colocará verdadeiramente o consumidor no lugar que por direito lhe compete no mercado", concluiu.

DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO

APROVADO RELATÓRIO VAN LANCKER

A Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades do Parlamento Europeu (PE), em Bruxelas, aprovou, com o apoio dos socialistas portugueses, uma recomendação sobre a legalização do aborto e o fim da criminalização das mulheres. O relatório, que não tem força de lei, foi aprovado terça-feira por 21 votos, 11 contra e duas abstenções. O documento necessita agora de ser aprovado na sessão plenária de Julho, em Estrasburgo,

para ser adoptado como posição oficial da euroassembleia em matéria de interrupção voluntária de gravidez (IVG). O relatório da deputada socialista belga Anne Van Lancker, apesar do elevado número de emendas – 165 – que a levou a encontrar soluções de compromisso, manteve as principais recomendações quanto à legalização do aborto e à exortação aos Estados-membros para que se abstenham de agir judicialmente contra as mulheres que tenham feito abortos

ilegais. A eurodeputada socialista Helena Torres Marques, que votou favoravelmente a aprovação do relatório, defendeu a realização "de um novo referendo sobre o aborto em Portugal ou então a apresentação de uma nova legislação na matéria". "O que não se pode continuar é com situações perfeitamente hipócritas em que o primeiro-ministro diz estar contra a criminalização das mulheres que praticam aborto sem fazer nada

para alterar a lei", argumentou. Torres Marques, que se afirmou "muito satisfeita" com a aprovação do relatório, considera que o que se passa em Portugal é "uma completa falta de respeito pelas mulheres". Helena Torres Marques considera "muito importante que a União Europeia tome posição sobre esta matéria" e diz que a "aprovação deste relatório evidencia o quanto Portugal está a seguir o caminho contrário".



ROSÁRIA ALVES

DAR A CARA PELO PS

Mal saíram os primeiros resultados que davam a vitória nas legislativas à direita, Rosária Alves anunciou: "O PS perdeu as eleições, mas ganhou um novo militante." Um dia depois, assinava a ficha que a tornava "oficialmente socialista". Pronta para a jornada de reflexão e renovação do partido, a Rosária conta com conhecimento e experiência na área da Educação, disponibilidade e um legado socialista de acertos e erros que – garante – não a vai furtar aos novos desafios do futuro político de Portugal.

Mais do que uma simples opção, "ser militante é uma filosofia de vida" para Rosária Alves, uma professora que, aos 32 anos, confessa ser simpatizante do PS desde que nasceu.

Tendo participado inúmeras vezes em diversas actividades político partidárias, em congressos e acções de campanha, nunca decidira assinar a ficha de militância socialista, porque, como confidencia, algumas questões pessoais a impediram de estar presente e disponível. Os seus amigos de sempre estavam, na generalidade, ligados à Juventude Socialista, pelo que a participação voluntária era uma forma de manter vivas as amizades e os princípios, numa "salutar partilha de ideias".

A dada altura, Rosária tomou consciência das suas potencialidades enquanto "mais-valia para o PS", principalmente na área da educação, onde se insere profissionalmente.

A perspectiva futura que tem do ensino e da formação em Portugal, bem como o conhecimento prático que alguns anos de traquejo e experiência lhe proporcionaram, fazem desta militante "um elemento adjuvante do partido para a clarificação de determinadas questões relativas ao sector educativo".

Rosária Alves explica que só recentemente se tornou "oficialmente socialista" porque quis estar presente num momento difícil.

"Não sou daqueles apoiantes que só dá a cara quando o partido está no auge de um ciclo político favorável. Por isso, tornei-me militante só agora, depois de perdemos a eleições, pois julguei que era chegada altura de dar um contributo ao PS mais real e adequado às novas circunstâncias". Apesar da falta de visibilidade, a Rosária afirma-se "presente e participativa" nas lutas político-partidárias da família socialista.

A jovem professora está disponível e pronta a reflectir, em conjunto com os seus camaradas, sobre as causas que levaram o PS a ser preterido pelos eleitores portugueses, "encarando com humildade os erros e defendendo orgulhosamente os feitos da governação de António Guterres", sem esquecer o "necessário despertar para uma nova visão política e para



uma renovada e reforçada organização partidária".

"Eu quero nascer com o novo PS", diz, convicta e apostada na ideia segundo a qual a filosofia e a orientação do partido como um todo deve sobrepor-se a interesses pessoais.

Herdeira assumida da história dos socialistas portugueses, não é um corte com o passado o que Rosária Alves propõe. Mas, reafirma, "é preciso olhar para o futuro próximo com a consciência de que o PS iniciou uma nova fase de vida".

Este novo ciclo político do partido deve integrar

a colaboração de "pessoas que saibam claramente o que querem do PS e que saibam, sobretudo, defender o ideário socialista e ainda estar aptos a encetar uma necessária abertura face à sociedade civil".

"O PS tem de deixar de olhar para o próprio umbigo", afirma Rosária, alertando de seguida para que, "numa democracia moderna, ninguém pode dar-se ao luxo de esquecer o que está à sua volta".

Ferro será um bom primeiro-ministro

Mas o futuro do PS, apesar da actual conjuntura de oposição, não intimida esta camarada, que manifesta confiança na "qualidade evidente" de figuras veteranas e de novos elementos que aderiram ao partido, incentivando o máximo aproveitamento e a constante motivação desses valores, em prol do Partido Socialista e de Portugal.

Cada individualidade deve ser ouvida e rentabilizada na sua área de especialização. "A ideia é que o partido espelhe para o exterior as pessoas muito válidas que congrega", argumenta.

A tarefa da renovação do PS está, na opinião da militante, "em boas mãos". O secretário-geral conta com o apoio incondicional da Rosária, que, ao assinar a ficha de adesão ao partido, confessa tê-lo feito também a pensar no líder.

"Ferro Rodrigues é um grande político e, como pessoa defende os valores correctos, que também defendo. Portanto, acredito, sem dificuldade alguma, que ele pode e deve ser um bom primeiro-ministro para o País", declara confiante.

Este desejo reforça-se numa altura em que Rosária Alves se confessa preocupada com as "investidas" da direita na área da Educação.

A forte componente "economicista" que tem

pautado as governações do PSD tem-se sobreposto aos princípios da solidariedade e da justiça social, o que, no entender desta docente, "não augura nada de bom" para o ensino no País.

Reconhecendo a urgência de implementar medidas e solucionar problemas que, há muito, afligiam a educação em Portugal, Rosária assume-se partidária da inovação e da mudança. "Era preciso agir, mas não como o Governo de Durão Barroso o tem feito", explica a militante, exprimindo a sua total discordância com as medidas penalizadoras da juventude e das camadas populacionais mais desfavorecidas, entre as quais destacou o fim do crédito bonificado e do ensino recorrente, bem como a ameaça de suspensão do abono de família para alunos pouco assíduos.

"Cortar o abono não é a solução para corrigir a falta de assiduidade, a desistência ou o insucesso escolar", observa.

Defensora do diálogo, Rosária Alves advoga uma solução de mediação através da figura da "assistente familiar", a qual teria competência para estabelecer a ponte entre a escola e as famílias dos alunos na resolução dos problemas. Considerando desajustada a solução encontrada para as situações de fraude e défice no ensino recorrente, Rosária considera que a aposta deveria ter sido feita num acréscimo de fiscalização e na motivação de quem lecciona e de quem quer aprender, objectando que acabar com o projecto é injustificável, "até porque a procura deste sistema de ensino continua a existir".

"É preciso rigor e responsabilização na prestação de contas quando se fala em dinheiros e atribuição de subsídios", defende, para depois criticar as medidas economicistas da tutela, que "esquecem totalmente a componente humana mais desfavorecida".

MARY RODRIGUES

PERFIL

Nome
Rosária de Jesus Cardoso Heitor Alves

Idade
32 anos

Ocupação
Docente e presidente do Conselho Executivo da Escola Básica 154 do 1º Ciclo em Lisboa

Hobbies
Leitura, trabalhos de expressão plástica e cinema

Militância
Aderiu ao PS a 18 Março de 2002

Referências socialistas
Vitor Constâncio, Mário Soares, Jorge Sampaio e António Guterres

INTERNACIONAL SOCIALISTA

PASSO HISTÓRICO SOBRE O MÉDIO ORIENTE

O Conselho da Internacional Socialista (IS), reunido em Casablanca, Marrocos, sob a presidência de António Guterres, aprovou, por unanimidade, uma resolução sobre o Médio Oriente.

A resolução da IS, assinada por três dos seus partidos membros, a palestina Fatah e os israelitas Meretz e Partido Trabalhista, reconhece o direito à existência de um Estado palestino a par de Israel e define as bases para uma solução negociada no Médio Oriente. José Lamego, responsável do PS para as Relações Internacionais, que participou no encontro juntamente com o presidente da IS, António Guterres, classificou a resolução como um "documento histórico".

Guterres, por sua vez, congratulou-se com o "passo histórico" que é considerar o reconhecimento mútuo de Israel e da Palestina "não como ponto de chegada, mas de partida", enquanto o presidente do Comité da IS para o Médio Oriente, Thorbjorn Jagland, realçava tratar-se de "um novo

entendimento" com vista a sair da crise.

A resolução preconiza a abertura de negociações sem a condição prévia de um cessar-fogo e propõe a realização de uma conferência internacional de paz com a participação dos EUA, Rússia, União Europeia e Nações Unidas, além de Israel, da Autoridade Palestiniana e dos principais Estados árabes.

Uma solução de compromisso sobre o retorno dos refugiados palestinianos e a constituição de um fundo de auxílio à recuperação da Palestina são outros pontos constantes do documento.

Neste e em muitos outros aspectos, a reunião da IS, segundo José Lamego, "correspondeu claramente às expectativas" e só o tema dos Grandes Lagos (África centro-austral) não foi discutido como se previa porque os principais intervenientes da questão estavam reunidos em Sun City, África do Sul, em trabalhos de mediação.

Outro factor positivo nesta reunião em



Casablanca foi a forte presença de delegações dos países de Leste, numa altura em que o próximo Congresso da IS está marcado para Moscovo.

O último Congresso, recorde-se, decorreu em Paris, em 1999, altura em que Guterres foi eleito presidente da IS.

A crescente escalada de tensão entre a Índia e o Paquistão não podia passar despercebida na reunião de Casablanca, onde esteve

presente a ex-primeira-ministra do Paquistão, Benazir Bhutto, que apelou a uma solução pacífica, alertando ao mesmo tempo para as consequências dramáticas de uma guerra entre os dois países vizinhos.

Ficou também agendada para 9 de Julho uma reunião executiva de presidentes da Internacional Socialista que terá lugar em Londres, na residência oficial do primeiro-ministro britânico, Tony Blair.



O chanceler alemão, Gerhard Schröder, reafirmou a sua confiança na vitória do SPD nas legislativas de 22 de Setembro, sublinhando que só os sociais-democratas "garantirão a justiça social e o Estado de Bem-Estar".

"Vamos ganhar, a oposição está a cantar vitória cedo de mais, porque o que interessa é quem corta a meta primeiro", disse Schröder.

Falando aos 524 delegados do SPD que se reuniram domingo em Congresso em Berlim

para aprovar o programa eleitoral, o chanceler sublinhou que só os sociais-democratas "garantirão a justiça social e o Estado social, ao contrário da oposição, que quer uma Alemanha pobre e sem capacidade de acção".

Schröder acusou os democratas-cristãos, que lideram as sondagens, de terem apresentado um programa de Governo "que é um logro".

O chanceler admitiu que o seu governo SPD/Verdes não alcançou os objectivos que pretendia no combate ao desemprego, embora tenha conseguido nos últimos quatro anos reduzir o

CONGRESSO

SCHROEDER REAFIRMA CONFIANÇA NA VITÓRIA DO SPD NAS LEGISLATIVAS

número de desempregados na Alemanha de 4,5 milhões para cerca de quatro milhões.

No entanto, sublinhou, "conseguimos a viragem, e a Alemanha sai pela primeira vez da sua história de uma recessão com menos desempregados".

O chefe do Governo alemão dirigiu também duras críticas aos liberais, cujo vice-presidente, Juergen Moellmann, foi recentemente acusado pelo Conselho Central dos Judeus na Alemanha de afirmações anti-semitas.

O SPD só poderá aceitar uma coligação com este partido após as eleições se, entretanto, inflectir o seu rumo populista e voltar a fazer uma política séria, disse o chanceler, advertindo, neste contexto, para os riscos de uma escalada da extrema-direita não apenas

noutros países da Europa, mas também na Alemanha.

Schröder aproveitou, neste contexto, para fazer um rasgado elogio ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer pelo seu "magnífico trabalho, que deveria prosseguir após as eleições".

"A política externa alemã não pode ser confiada a amadores como a CDU/CSU ou o FDP", disse Schröder, ao enaltecer as qualidades do seu chefe da diplomacia e dirigente dos Verdes.

O Congresso do SPD destinava-se a relançar o partido na batalha eleitoral, numa altura em que a actual coligação de centro-esquerda surge nas sondagens com menos oito pontos percentuais do que a oposição.

O exercício da acção política, tal como vem sendo praticado, já não satisfaz aquilo que o eleitorado espera dessa acção. Já não dá resposta aos novos problemas, nem à inquietação que eles levantam aos eleitores ou àqueles que deles dependem.

A alternância, enquanto elemento integrador da democracia e condição indispensável para o próprio aperfeiçoamento desta, foi funcionando sem sobressalto, nos países e nas regiões onde se assume que os cidadãos são donos dos seus próprios destinos. Significa isto, também, que se considera que o exercício dos direitos humanos nas suas vertentes política, social, cultural, civil e económica só em regime democrático encontra expressão plena.

O excelente "score" relativo que o partido de Hayder na Áustria obteve foi talvez o primeiro sinal – embora então ainda não interpretado como tal – que deveria ter chamado a atenção para os efeitos que uma globalização não regulada viria introduzir na repartição clássica da representação política dos cidadãos.

A subida ao poder de partidos mais à direita numa Europa ainda até há bem pouco tempo maioritariamente socialista, não surpreendeu porque a alternância é inerente, como acima disse, ao regime democrático.

Eis senão quando o terramoto recentemente ocorrido em França nas eleições presidenciais, com o afastamento da corrida do candidato apoiado pela esquerda, porque menos votado que o candidato de extrema-direita, veio abrir os olhos a quem estava displicentemente distraído e instalado numa rotina de substituição recíproca pendular que não acabava mais.

Esta ocorrência veio demonstrar que um bom sistema ou o menos mau que se conhece pode gerar perversidades se não se estiver atento aos sinais e se não se intervier no sentido de prevenir a ocorrência dessas perversidades.

Correram então rios de tinta sobre razões explicativas, mas cedo se concluiu também que a complexidade da questão não se compadecia com análises pouco profundas nem realizadas sob estado de choque. Mas concluiu-se pelo menos que, quer os partidos de direita quer os de esquerda tradicionais estavam a perder a relação com o eleitorado.

O exercício da acção política, tal como vem sendo praticado, já não satisfaz aquilo que o eleitorado espera dessa acção. Já não dá resposta aos novos problemas, nem à inquietação que eles levantam aos eleitores ou àqueles que deles dependem.

E nesta busca desenfreada de respostas, os eleitores votam em quem aparece com um discurso que os defende do que pensam ser essas novas ameaças, mesmo que para isso outros seres humanos possam ser privados do exercício dos seus direitos fundamentais.

Esta reacção, a que chamaria de sobrevivência, pois só esta, pela reacção reflexiva que desencadeia, pode explicar alguns comportamentos dos quais a razão ou a racionalidade e a ponderação estão ausentes deve, em meu entender, ser interpretada como um grito de alerta que tem que ser escutado.

No Brasil, conta-se que havia um candidato que tinha como "slogan" de campanha "Roubo, mas faço", o XV Governo Constitucional é cada vez mais o Executivo do "Grita, mas não faz", tem um discurso de propaganda e uma prática de trapalhada.

O Governo de Durão Barroso e de Paulo Portas arrisca-se a entrar para a história como o Executivo da trapalhada máxima garantida. Senão vejamos três exemplos lapidares.

O penalty fiscal

Por muito ofendidos que se possam mostrar o primeiro-ministro e a ministra das Finanças a verdade é que MENTIRAM aos deputados e ao País ao acusar o PS de ser responsável pela aceitação de acções da Benfca SAD como garantia de pagamento das dívidas fiscais. Por mais violações do segredo fiscal que o Governo, o PSD e afins esboquem, com o objectivo de tentar condicionar a acção do PS, tornando público que os governos do PS e da Nova Maioria aceitaram acções de empresas como garantia de pagamento de dívidas fiscais e/ou garantia de pagamento de planos de pagamento prestacionais, a realidade é que nenhuma das empresas referenciadas anunciou apoio institucional a uma candidatura a primeiro-ministro e nenhum membro do Conselho de Administração das mesmas fez parte do Governo. E neste quadro de "angústia do guarda-redes antes da marcação deste penalty fiscal, é bom que os portugueses não se esqueçam que o presidente do Benfca pretendeu dar um atabalhoado apoio institucional ao PSD por ser este o partido que iria resolver os problemas do clube e que o actual secretário de Estado dos Assuntos Fiscais foi advogado do Benfca para as questões fiscais. A angústia é tal que apenas quatro dias após a prioridade do Governo em matéria fiscal foi tratar da situação do Benfca. Tudo isto tem o traço de uma grande trapalhada em que não basta parecer ser sério.

O ministro que tutela os autarcas e lidera os autarcas sociais-democratas

O ministro Isaltino, das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, que agora também fala sobre SCUTs, certamente por nostalgia do tempo em que era ministro-sombra do PSD para as Obras Públicas, tutela as autarquias. Para além de ser presidente de Câmara Municipal de Oeiras com o mandato suspenso por um ano, o ministro Isaltino acumula as funções de membro do Governo com a tutela da Administração Local e, pasme-se, com a presidência da Associação de Autarcas Sociais-Democratas. Isto é, o ministro-autarca que tutela os Autarcas é simultaneamente o representante máximo dos autarcas sociais democratas no interior do maior partido do Governo. Aliás seria interessante assistir a uma reunião do Isaltino Ministro com o Isaltino presidente dos autarcas sociais-democratas. Convenhamos que a situação é, no mínimo, uma grande trapalhada ética.

O FUTURO DO PS

A estes acontecimentos o panorama político nacional não pode estar alheio até porque os seus aforamentos são já bem visíveis entre nós. E, sobretudo o Partido Socialista, pelos princípios e objectivos programáticos que o norteiam tem que dizer "presente" a esta análise e a este debate.

Sem perda da sua identidade e do seu código de referências – fundamental para que os cidadãos possam fazer escolhas claras – tem que ir ao encontro da realidade, perceber o que perturba e assusta os cidadãos, quais os problemas para os quais não tem encontrado respostas e que respostas dar a esses mesmos problemas. Para isso tem que ir ao encontro dos cidadãos, tem que sair da sua torre de marfim, tem que abrir as suas portas a quem quer e deve ter voz fora do espectro partidário e tem que cortar as amarras com as formas tradicionais de intervenção que têm privilegiado a forma em detrimento da eficácia do conteúdo sem, apesar disso, terem conseguido garantir a sua coerência matricial, afectando profundamente a relação de confiança e de respeito que os eleitores devem ter nos políticos que elege para os representarem.

Esta tarefa é exigente mas inadiável. Impossível não é. Para a levar a cabo bastará apenas humildade, estudo, bom senso, sensibilidade, coerência e determinação. Ao fim e ao cabo, apenas aquilo que esperam de nós mas, sobretudo, aquilo que têm direito a esperar de nós.



MARIA DE BELÉM ROSEIRA

TRAPALHADA MÁXIMA GARANTIDA

As admissões mais ou menos congeladas na Função Pública

No Brasil, conta-se que havia um candidato que tinha como "slogan" de campanha "Roubo, mas faço", o XV Governo Constitucional é cada vez mais o Executivo do "Grita, mas não faz", tem um discurso de propaganda e uma prática de trapalhada. O Conselho de Ministros, de 19 de Abril de 2002, aprovou uma resolução em que são limitadas as admissões na Função Pública às excepções que venham a verificar-se como absolutamente imprescindíveis que deverão ser propostas pelo membro do Governo responsável pela respectiva área à ministra das Finanças. O ministro da Saúde alterna a defesa da não aplicação do congelamento das admissões de profissionais para o Serviço Nacional de Saúde com o envio de cartas de despedimentos a elementos chave da prestação dos cuidados de saúde. À excepção da saúde, acresce a excepção da educação e, pelo menos, a reivindicação da ministra Celeste Cardona para que os magistrados do Ministério Público e os juizes também integrem o rol das excepções. Em menos de um mês já vamos em três excepções sectoriais, ao ritmo da trapalhada máxima garantida, as excepções ainda vão chegar aos gabinetes dos membros do Governo.



ANTÓNIO GALAMBA

MIGRAÇÕES

*Aprender a viver juntos
sem discriminações na cooperação
e na solidariedade, como cidadãos,
é um percurso exigente, mas o único
que assegurará níveis elevados
de integração e coesão social.*

José Leitão



Com as contribuições de

Carlos Luis
Carlos Zominho
Celeste Correia
Inácio Mota da Silva
João Rui de Almeida
José Leitão
Maria Beatriz Rocha-Trindade
Nuno Severiano Teixeira
Paulo Pisco
Romualda Fernandes

AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO DA PORTELA

CRAVINHO ACUSA GOVERNO DE AJUDAR ESPANHÓIS

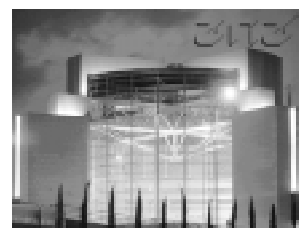
O deputado socialista João Cravinho entende que a decisão do Governo de realizar obras no aeroporto da Portela aliada à prevista construção do TGV é “uma grande ajuda de Portugal a Espanha”. No fundo, explica, “estamos a pôr os passageiros a caminho de Madrid”.

Isto porque, segundo Cravinho, a anunciada ampliação do aeroporto da Portela com vista a aumentar a capacidade de passageiros para 18 milhões, vai implicar “obras imensas” que necessariamente irão perturbar o funcionamento normal do actual aeroporto. Ora, assim que a linha ferroviária estiver pronta, “será mais fácil para os passageiros rumarem a Madrid no TGV do que ficarem sujeitos ao pandemónio que se vai criar na Portela”.

O ex-ministro das Obras Públicas não tem dúvidas que esta decisão é “um desastre completo”, primeiro porque vai tornar o aeroporto “completamente intransitável”, depois porque “o que se está a fazer é “dar uma grande ajuda a Espanha”. Por tudo isto, Cravinho defende que, “sem querer e sem saber, o Governo está a cometer um enorme erro estratégico”.

Alenquer exige definição da Ota

A Assembleia Municipal de Alenquer aprovou, por unanimidade, uma moção reivindicando do Governo uma rápida definição das linhas



orientadoras da construção do novo aeroporto da Ota e a intervenção dos órgãos autárquicos no processo.

Os autarcas com a responsabilidade de definir as perspectivas de desenvolvimento do concelho para os próximos dez anos, no âmbito da revisão do PDM, querem ver definido o mais rapidamente possível o espaço necessário à instalação do novo aeroporto da Ota, de modo a saber onde vai ser ou não possível construir.

Neste quadro, exigem a redução das medidas preventivas de ocupação de solos na zona, que consideram “exageradas em relação às necessidades reais da futura pista internacional”. Uma situação que, sublinham, redundaria na “inviabilização da construção de centenas de fogos licenciados antes de a localização do empreendimento ter sido anunciada pelo anterior Executivo”.

POLÍTICA COMUM DE PESCAS

APOLINÁRIO CONTRA PROPOSTAS LESIVAS DAS PESCAS PORTUGUESAS

O deputado socialista José Apolinário manifestou-se contra as propostas de revisão da Política Comum de Pescas (PCP) apresentadas pelo comissário Fichler, que considera “lesivas dos interesses das pescas portuguesas”. Por isso, adiantou, as propostas “merecerão a todos os níveis a nossa oposição política no Grupo Parlamentar do PS”.

Numa nota à Imprensa, José Apolinário refere que “sem prejuízo da defesa de uma pesca responsável e de uma gestão sustentável dos recursos”, na sua qualidade de deputado do PS responsável pela área das pescas manifesta publicamente o “apoio político” às tomadas de posição do sector e do Governo contra as propostas de revisão da Política Comum de Pescas.

Para o deputado socialista, duas questões merecem nesta matéria especial sublinhado. Em primeiro lugar, no que concerne à defesa da manutenção e alargamento de uma faixa até às 12 milhas para actuação dos pescadores locais e costeiros, Apolinário refere que “o Conselho tem de decidir da prorrogação desta faixa até final de 2002, sob pena de liberalização total”.

Por outro lado, no que respeita às ajudas à renovação e modernização da frota cujas regras e montantes foram aprovados para o período 2000-2006, Apolinário defende que nesta matéria é necessário “defender a manutenção dos apoios negociados pelo Governo do PS em 1999 e 2000, após longas e complexas negociações com a Comissão e o Conselho”.

A ser verdade o que Sousa Lara afirmou, em volta da Cooperativa Dinensino foi montada uma rede tentacular de corrupção e de favoritismo e com essa rede terá colaborado e dela terá beneficiado, um cidadão que actualmente desempenha as funções de ministro de Estado.

O secretário-geral do Partido Socialista tem vindo, muito justamente, a qualificar o comportamento político do Governo como um conjunto de "trapalhadas" que, obviamente, acabarão por ter consequências graves sobre a evolução da nossa sociedade.

Penso que a qualificação do camarada Ferro Rodrigues está a tornar-se escassa perante a sucessão de disparates, ilegalidades e irregularidades que começam a vir à luz do dia.

O Governo está apenas apostado numa estratégia de meter medo aos portugueses e construir sobre a esse modo a passividade política de que necessita para concretizar os seus dislates.

O caso da RTP e a abordagem que tem vindo a ser feita sobre a necessidade do seu saneamento financeiro e sobre a definição do serviço público em televisão é, a esta luz, exemplar.

Generalizar o medo, criar instabilidade, preocupar e assustar as pessoas é, neste caso, como aliás já o fora a propósito da denuncia da hipotética situação pantanosa das finanças do Estado e consequente ameaça de despedimentos na função pública, a verdadeira estratégia do Governo de Durão Barroso.

Até aqui a novidade é pouca e só provoca espanto em quem, manifestamente, tem andado distraído e não percebeu qual o verdadeiro sentido do sopro dos ventos políticos dominantes em Portugal.

Não é isto, contudo, o que sucede de mais grave neste momento na política portuguesa.

O julgamento do Caso Moderna (ou melhor dizendo da Cooperativa Dinensino) e as declarações produzidas nas sessões, pelo arguido Sousa Lara, são de tal gravidade que não podem ficar sem reacção.

A ser verdade o que Sousa Lara afirmou, em volta da Cooperativa Dinensino foi montada uma rede tentacular de corrupção e de favoritismo e com essa rede terá colaborado e dela terá beneficiado, um cidadão que actualmente desempenha as funções de ministro de Estado.

Não sei qual o valor jurídico desta denúncia, mas não tenho nenhuma dúvida sobre as graves implicações políticas daquelas declarações.

O cidadão em causa é o actual ministro da Defesa, Paulo Portas. Todos sabemos que Paulo Portas construiu a sua carreira política (até agora com sucesso) sobre o monte de cadáveres políticos que conseguiu coleccionar (enquanto director de um jornal semanário) e sobre o populismo e a demagogia que comandaram a sua actividade enquanto político activo.

Tem pois um curriculum passado que nos obriga a estar atentos e... desconfiados. De todo o modo é a própria defesa do dr. Paulo Portas e do regime democrático de que ele é, actualmente, um dos servidores, que também pode estar em causa.

A denúncia de Sousa Lara (ele próprio membro de um Governo de Cavaco Silva) não pode cair em saco roto e deve ser investigada.

Se possível no campo da justiça, apelando-se ao sr. procurador-geral da Republica para que, no mínimo, abra um inquérito mas sobretudo, no plano político onde, como se sabe, não chega ser sério é também necessário parecê-lo.

O papel do PS não pode ser tanto o de criticar, mas, sim, o de transformar. Não podemos e não devemos ser meros intérpretes da vontade de uma coligação negativa. O nosso caminho passa por criar a nossa própria plataforma, e procurar que a ampla coligação que na sociedade portuguesa não se revê no actual Governo participe e se integre nela.

A radiografia do Governo Durão/Portas está já feita. Em pouco mais de dois meses já se percebeu qual o caminho que escolheram. Um caminho em que confundem autoridade legítima com autoritarismo. Um caminho em que abandonaram a lógica centrada e moderada que sempre caracterizou o PSD, e optaram por um discurso claramente extremista, pré-liberal e ultramontano. Um caminho em que se esqueceram dos consensos frágeis, claramente demasiado frágeis, em que o país tem necessariamente de assentar, para que as pessoas vejam a sua dignidade respeitada, e optaram pelo corte cego, decidindo que as pessoas estão a mais, promovendo a conflitualidade e a fragmentação social. É este o caminho respectivamente dos ministros Morais Sarmento, Bação Félix e Manuela Ferreira Leite. É esta a marca genética do Governo. Será assim até ao seu fim.

E nós, o que é que temos de fazer? Que caminho vamos construir?

Em primeiro lugar, defender com total intransigência os procedimentos da democracia liberal. Um governo que deslegitima a concertação social porque esta não assenta no voto popular (como se em democracia o voto encerrasse toda a legitimidade). Um governo que procura, resolvendo o problema da RTP, resolver o problema das televisões privadas. Um governo que, confirmando as piores expectativas da campanha eleitoral, envolve o Estado de forma exorbitante na resolução dos problemas dos clubes de futebol e dos seus estádios (contribuindo para que se reproduza esse ciclo que está a minar a democracia portuguesa de associação frequentemente clientelar entre futebol e política). Um governo que foi eleito com um programa eleitoral (?) que não é o programa de governo e que daqui a quatro anos será avaliado não se sabe bem a partir de qual dos dois. Um governo assim, precisa de uma oposição que valorize em todos os momentos as regras da democracia e que sublinhe o papel destas na garantia da liberdade e da autonomia dos cidadãos face ao Estado. Mas, precisa também de uma oposição que reivindique um papel mais importante para a concertação social. Uma oposição que não tema enfrentar o ciclo vicioso que liga frequentemente partidos, autarquias, construção civil e futebol. Não o fazer é deixar que um dia pague o justo pelo pecador e que nesse processo a democracia saia ferida.

Em segundo lugar, abrir o partido. Os partidos são um esteio fundamental da vida política. No entanto, existe hoje na sociedade portuguesa um conjunto de movimentos sociais e de organizações que assumem uma progressiva relevância para a representação na esfera política dos interesses e anseios de muitos portugueses. O PS não deve viver de costas voltadas para estes movimentos.

E não o deve fazer por três razões: primeiro, porque estes movimentos não são concorrentes dos partidos, mas sim complementares – caso se desenvolva um diálogo profícuo, mas sem tentativas hegemónicas. Segundo, porque representando novas causas, que a própria natureza dos partidos, tal como existem, não compreende, e consequentemente envolvendo novos grupos sociais, são um factor de pluralismo na sociedade. Terceiro, porque uma parte muito significativa destes movimentos pode evocar para as suas causas grande parte do património das lutas da esquerda.

VISTO DE BRUXELAS

TRAPALHADAS OU ALGO MAIS?

Aguardemos... portanto.

Como se já não bastasse o Caso Moderna (ou Dinensino) o Governo acaba de dar provas da sua "extraordinária competência" e respeito pela legalidade, no caso das dívidas fiscais do Benfica.

Sejamos claros sobre este assunto!

O Governo, através do primeiro-ministro e da ministra das Finanças, mentiu aos portugueses e mentiu ao Parlamento. Mentiu e continua a mentir quando os ministros sustentam a ficção de que não foram intervenientes e responsáveis na situação de favor criada para o Benfica.

É óbvio que o foram como o comprova inequivocamente o despacho da sra. ministra sobre o assunto e o conhecimento posterior de todas as responsabilidades no caso do cidadão Vasco Valdéz, primeiro enquanto advogado do devedor e, posteriormente, enquanto membro do Governo com tutela sobre este *classier*.

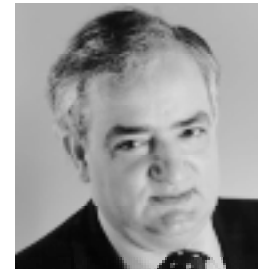
Claro que eu sei que o dr. Vasco Valdéz solicitou dispensa de intervenção na decisão a tomar, por se considerar inibido e impedido eticamente de intervir. Mas o que é isso muda? É ou não verdade que a solução do problema foi exactamente aquela que, profissionalmente, o agora secretário de Estado sempre defendeu?

Por outro lado, será que alguém se esqueceu já da insólita intervenção do "patusco" presidente do Sport Lisboa e Benfica, amarrando institucionalmente toda a colectividade (de que sou sócio e adepto quase fanático) a uma posição de apoio eleitoral ao PSD, com o argumento de que esse partido se comprometera a resolver os problemas existentes?

Não se trata de "gato escondido com rabo de fora" pois estamos mesmo numa situação de "rabo escondido com gato de fora" tão gritantemente indecorosa e sem sentido democrático e de justiça é a atitude do Governo. Que o Governo de Durão Barroso estava a aplicar o velho conselho de Maquiavel ao Príncipe para praticar o mal de uma só vez e o bem aos bocadinhos já todos tínhamos percebido; agora que enveredasse, tão rapidamente, pelo caminho da mentira, da manipulação, da chantagem e da desonra, não podíamos antecipar.

Mais do que uma disputa pelo poder está agora também em causa em Portugal o regular funcionamento das instituições democráticas.

Tolerar a mentira e a iniquidade, no caso Benfica, ou silenciar e esquecer as graves denúncias do Caso Moderna, não dará nenhuma saúde à nossa democracia.



MANUEL DOS SANTOS

O QUE FAZER?

No entanto, a crise do modelo de partido de massas não deve servir para tornar o PS numa máquina eleitoral em que a militância e a participação não contam. O PS não pode ser apenas uma sigla que alguém usa para se candidatar a uma qualquer eleição. Os militantes têm de ser os líderes da abertura e da dinamização da vida partidária. Para tal, é necessário que o partido exista para além das esferas de poder que, em diferentes momentos, vá ocupando. Nos bons e nos maus momentos é necessário um partido forte, mas um partido forte não é, nem pode ser, um partido fechado sobre si mesmo e que vive claustrofobicamente em "caves". Um partido aberto é um partido com forte participação dos seus militantes, com debate e pensamento político próprio, que investe na formação e na captação de novos quadros e que demonstra uma permanente capacidade de renovação. Mas, um partido aberto é também um partido que sabe desenvolver um diálogo com os partidos à nossa esquerda, sem tentativas hegemónicas e sem paternalismos.

Em terceiro lugar, termos uma identidade positiva e traçar um caminho não excessivamente reactivo. Parafrazeando uma formulação célebre, o papel do PS não pode ser tanto o de criticar, mas, sim, o de transformar. Não podemos e não devemos ser meros intérpretes da vontade de uma coligação negativa. O nosso caminho passa por criar a nossa própria plataforma, e procurar que a ampla coligação que na sociedade portuguesa não se revê no actual governo participe e se integre nela. Um caminho em que valorizamos o sentido de comunidade e de partilha. Um caminho em que a responsabilidade social caminha lado a lado com a dignidade humana e a coesão. Um caminho em que o desenvolvimento económico do país e a promoção da iniciativa sejam também promotores da responsabilidade ambiental e social. Um caminho em que o Estado não se demite do seu papel na promoção da cultura, da inovação, da criatividade e do cosmopolitismo.

Não podemos abdicar em nenhum momento de transformar o país, de tornar a sociedade portuguesa mais competitiva, mais justa e mais moderna. O país precisa de mais e melhor democracia. O PS precisa de ser um partido mais aberto. O nosso caminho tem de ser o da iniciativa e da responsabilidade colectiva. Devemos traçar hoje o rumo que queremos dar ao país quando formos governo.



PEDRO ADÃO E SILVA

JORNADAS PARLAMENTARES DO PS/AÇORES

CARLOS CÉSAR REJEITA CRISE NAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS



O chefe do Governo Regional dos Açores, Carlos César, rejeitou categoricamente a existência de uma crise nas finanças públicas regionais, explicando que os "problemas" verificados em 2001 resultaram de uma menor receita derivada da redução de impostos em 1998 e 1999.

Ao intervir no encerramento das Jornadas Parlamentares dos socialistas açorianos, que decorreram em Ponta Delgada, Carlos César salientou que a menor receita alcançada no último ano, que levou a uma "deficiente execução" do Plano de Investimento, deveu-se a actualização das transferências para o arquipélago dos impostos.

Por essa razão, adiantou, a região teve problemas em 2001, mas devido "a uma boa medida de abaixamento dos impostos".

Depois de garantir que "não há crise de finanças públicas nos Açores", Carlos César desafiou a "oposição a saber sentar-se com o Governo na Assembleia Regional" para reflectir sobre os desafios do arquipélago.

Apontou o exemplo da reconstrução das ilhas afectadas pelo sismo de 1998, um processo que

custa cerca de 215 milhões de euros (43 milhões de contos), dos quais já foram investidos 80 milhões de euros (16 milhões de contos).

Para a conclusão do processo são necessários mais 135 milhões de euros (27 milhões de contos), enquanto que o Governo da República "tirou à solidariedade devida do país" para com os Açores 20 milhões de euros (quatro milhões de contos), salientou Carlos César.

Neste quadro, o líder do PS/Açores desafiou os partidos da oposição a "ajudarem a dizer como se vai financiar" a reconstrução.

Apesar de assegurar que o seu Executivo privilegia o diálogo, Carlos César alertou, porém, que "não é refém" da concertação, uma vez que "não adia as decisões que devem ser tomadas".

Os participantes nas Jornadas Parlamentares em Ponta Delgada manifestaram o apoio à proposta de Governo de cooperação técnica e financeira com as autarquias.

Os deputados e autarcas socialistas realçam, ainda, que eventuais atrasos na aprovação do diploma inviabilizará a possibilidade do Governo reforçar as transferências para as autarquias em mais dez milhões de euros (dois milhões de contos).

António Costa critica Governo da República

O líder parlamentar do PS na Assembleia da

República, António Costa, num discurso na abertura das jornadas, teceu duras críticas ao Governo PSD/PP.

O País vai viver "momentos difíceis" com um novo Governo "que tem pressa de fingir que decide" sobre os problemas nacionais, alertou. António Costa responsabilizou o Governo "pelo clima de crispação" existente na vida política nacional, que pode "suscitar novos problemas" para Portugal.

Apontou como exemplo a "ameaça ao serviço público de televisão", que considerou "fundamental para a unidade nacional", e a consolidação das finanças públicas, "que seria inaceitável que se fizesse à custa dos mais desfavorecidos".

Para o líder da bancada socialista no Parlamento nacional, o Executivo de Durão Barroso, através do aumento do IVA, está a "asfixiar os municípios e as regiões autónomas", ao mesmo tempo que pratica "uma política de laxismo" em relação ao poder económico.

Municípios e regiões autónomas asfixiados

O vice-presidente do PS nos Açores, Sérgio Ávila, por sua vez, acusou a Associação de Municípios do arquipélago (AMRAA) de ser "um instrumento partidário ao serviço do PSD".

Segundo Sérgio Ávila, não se justifica que a

AMRAA peça ao Executivo de Carlos César para retirar a proposta que está em análise na Assembleia Regional, a qual consagra um reforço de 10 milhões de euros (2 milhões de contos) para os municípios.

A exigência da associação de municípios das ilhas demonstra que está "altamente politizada e transformada num instrumento do PSD", acusou o dirigente socialista.

A proposta governamental foi considerada pelo líder do grupo parlamentar do PS/Açores como "reformadora e corajosa", tendo em conta que introduz "mais clareza e disciplina no enquadramento legal desse tipo de colaboração".

Já o presidente do Grupo parlamentar do PS/Açores, Vasco Cordeiro, denunciou a "despudorada estratégia de cerco ao Governo Regional e à maioria que o suporta", estratégica que, adiantou, "é fomentada por todos aqueles que surge agora com a angelical postura de questionar tudo e todos como se nos tempos mais recentes não fossem, não só co-responsáveis, mas também mentores de uma postura que visou desgastar o Governo Regional e balar os alicerces em que se funda a meritória obra que vem desenvolvendo".

"No meio do frenesim histórico que tomou conta do Governo da República, o Governo Regional dos Açores e a maioria que o suporta foram sinalizados como alvos a abater", disse.

Os X são os pais dos Y com idades entre os 26 e os 42. Os X's atingiram a maioria com a sensação de estarem "perdidos". Muitos ainda vivem em casa dos pais, embora já trabalhem. Outros tantos estão ou já estiveram deprimidos. São a primeira geração a quem foi exigida a realização plena; como homens e mulheres, mães e filhos, profissionais. Obcecados pelo sucesso, querem ser bons, de preferência em tudo ao mesmo tempo. E esforçam-se.

IRMÃOS MAIX VELHOS

FERNANDA BANDOS

É hoje evidente que o PS tem um problema grande em captar o voto jovem, sobretudo urbano, também é sabido que a Juventude Socialista enfrenta hoje uma das piores, senão a sua pior crise existencial.

A revista "Visão" na sua edição de 23 de Maio traz uma reportagem sobre a Geração Y que sucede à Geração X e que descreve na perfeição a imagem que eu associo aos jovens urbanos que nos estão a fugir, os X e os Y

Nasci em 1968, por sinal ano emblemático da geração anterior à X, e cedo comecei a participar em campanhas eleitorais, levada pelos meus pais, fundadores do PS de Abrantes. Recordo muito bem a felicidade-clubística como diria o Prado Coelho - de quando fiz 14 anos entrar formalmente para a JS que apenas deixei no último congresso.

Sempre defendi a autonomia da JS e detestei a tentativa de instrumentalização da organização por alguns sectores do PS. Prometi que depois de sair da JS não interferiria na organização, apesar de lá permanecerem alguns dos meus melhores amigos e infelizmente alguns ex-amigos. Tenho cumprido e tenciono continuar a cumprir, mas não resisto a partilhar a minha tese: o maior problema da JS reside no facto da maior parte dos seus dirigentes actuais ser da geração X, a minha se me entendem.

Vou-me refugiar na minha condição de honorária (será que sou?) para justificar este atropelo aos meus princípios e vou citar a "Visão" para aqueles que não leram perceberem do que falo.

Os X são os pais dos Y com idades entre os 26 e os 42. Os X's atingiram a maioria com a sensação de estarem "perdidos". Muitos ainda vivem em casa dos pais, embora já trabalhem. Outros tantos estão ou já estiveram deprimidos. São a primeira geração a quem foi exigida a realização plena; como homens e mulheres, mães e filhos, profissionais. Obcecados pelo sucesso, querem ser bons, de preferência em tudo ao mesmo tempo. E esforçam-se.

Nascidos entre 1977 e 1988, os Y cresceram com os avanços da tecnologia e da globalização. Gostam de comunicar e fazem-no a toda a hora, com o telemóvel, os chats mas, sobretudo, com as SMS. Recusam o individualismo e ainda não se desligaram da roupa de marca.

Defendem uma espécie de regresso à pureza traduzida no gosto pelas actividades ao ar livre, na procura do bem-estar, na busca do equilíbrio com a natureza, no culto do corpo Este movimento de regresso à natureza vê-se na mania renovada da macrobiótica, do feng shui, do vegetarianismo, dos alimentos bio e dos piercing.

Muitos dos 14/25 mostram valores mais pós-materialistas: defendem o ambiente, a paz, o diálogo, a expressão individual. Criam os seus ideais nesses movimentos sociais e já não nos partidos políticos. Assim os jovens portugueses votam pouco - mais de metade não participou nas legislativas de 1999

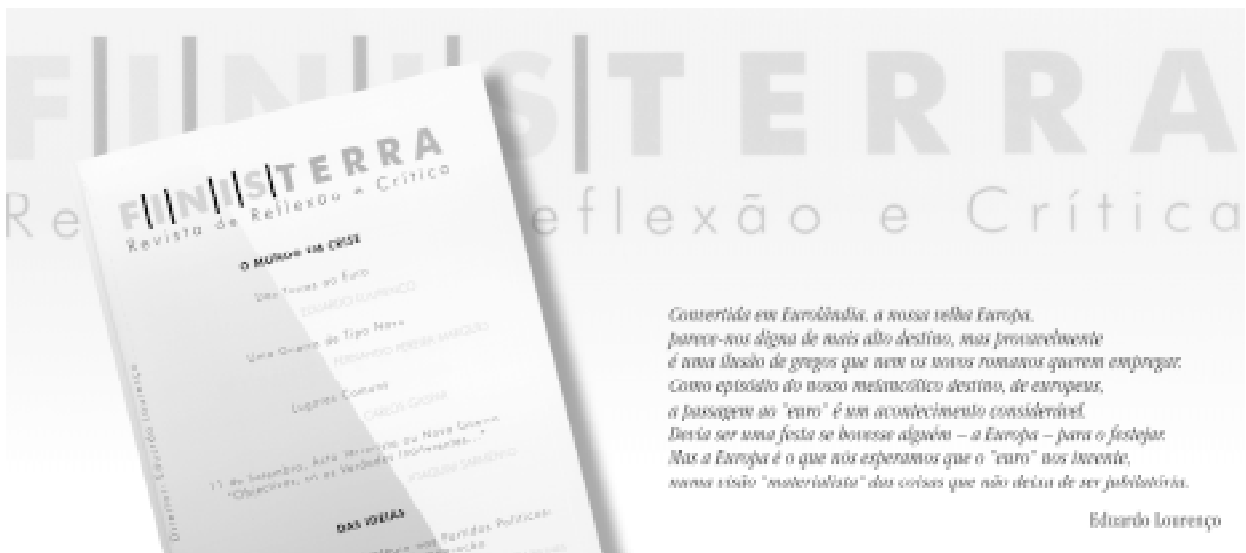
Entendo que os conflitos graves que existem hoje entre os dirigentes actuais da JS passa pelos seus dirigentes X (26/30) insistirem em permanecer na JS quando as suas características são muito mais adequadas ao espaço PS, em que nada os impede de participar com plenos direitos, a

menos, e infelizmente admito que é o que se passa em alguns casos, a obsessão pelo sucesso e o poder que efectivamente a JS tem no partido bata mais forte.

A minha idade faz de mim uma X e o facto de ter entrado na JS aos 14 permite-me conhecer a maioria dos dirigentes da JS desde 83, ou seja, os X dos 26 aos 42, muitos deles hoje com elevadas responsabilidades no PS. Percebo que para todos nós a JS teve uma importância fundamental e por isso também percebo a tentação para não ficar de fora. Mas numa altura em que tanto se fala em renovação do partido parece-me que o que se está a verificar não augura nada de bom, para o futuro do PS. Passei alguns dos melhores momentos da minha vida na JS, e a ela devo muito da minha formação, e ao contrário de muitos penso que ela ainda faz sentido como espaço de aproximação dos jovens à política num espaço que reflecte a sua forma de participar com lógicas diferentes do PS. Por assim pensar só entrei no PS em 1996, altura em que me apeteceu participar no partido de forma mais efectiva, ou seja com direito a eleger e ser eleita para os órgãos do partido.

Não me importo de ser irmã maix velha, amiga e brincalhona que dá uns ralhetes de vez em quando aos manos Y, mas só isso, porque não há nada mais triste que a figura dos irmãos maix velhos e vice-versa a quererem usar e abusar da sua amizade com os X e os pais dos X, para conquistarem o sucesso, da forma mais fácil e à custa dos Y.

Logo deixo a solução do meu amigo X, Francisco, que me parece muito sensata, baixem a idade da JS para os 25 e verão como os problemas diminuem logo.



Convertido em Euroáfrica, a nossa velha Europa, parece-me agora de nós tão alheia, mas provavelmente é uma ilusão de grupos que nem os outros romanos querem empregar. Como episódio do nosso melancólico destino, de europeus, a passagem ao "euro" é um acontecimento considerável. Daria ser uma festa se houvesse alguém - a Europa - para o festejar. Mas a Europa é o que nós esperamos que o "euro" nos leve, nessa visão "materialista" das coisas que não deixa de ser jubileica.

Eduardo Lourenço

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

O Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades comemora-se em Beja, onde o Presidente da República também inicia uma presidência aberta pela região.

O Secretariado Nacional do PS vai estar reunido, na terça-feira, no Largo do Rato.

Ferro Rodrigues e Almeida Santos são os indicados pelo PS para representantes da Assembleia da República no Conselho de Estado, cujas eleições decorrem hoje.

Para o Conselho Superior de Defesa Nacional o PS indicou Medeiros Ferreira.

Plenário de Educação na Secção do PS de S. Domingos de Benfica, com a presença de Guilherme d'Oliveira Martins, hoje, quinta-feira, às 21.30 horas.

A Secção de Alvalade promove hoje, no Hotel Lutécia, em Lisboa, uma reunião de militantes onde se debaterá o processo de renovação da Declaração de Princípios e Estatutos, com a presença de Paulo Pedroso e Miguel Coelho.

A Concelhia do PS/Vila Real realiza no sábado uma sessão pública sobre os planos de pormenor do programa Polis.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

SECÇÃO PS MONCHIQUE
RUA REVEZ QUENTE - 8550-466 MONCHIQUE
282 912189

SECÇÃO PS OLHÃO
PRAÇA PATRÃO JOAQUIM LOPES, 8
8700-353 OLHÃO
289 702633

SECÇÃO PS PORTIMÃO
RUA D. CARLOS I, ED. H1 - 1º APAR. 172
8500-607 PORTIMÃO
22 6090471

SECÇÃO PS SILVES
RUA 25 DE ABRIL, 8 - 8300-184 SILVES
282 442582

SECÇÃO PS TAVIRA
RUA DR. ANTÓNIO PADINHA, 23 - 2º ESQ.
8800 TAVIRA
281 321046

SECÇÃO PS VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
AVENIDA DA REPÚBLICA, 54
8900-204 VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
281 544789

SECÇÃO PS CASTRO MARIM
TRAVESSA DO CALVÁRIO, 2
8950-123 CASTRO MARIM



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico
Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura
Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados